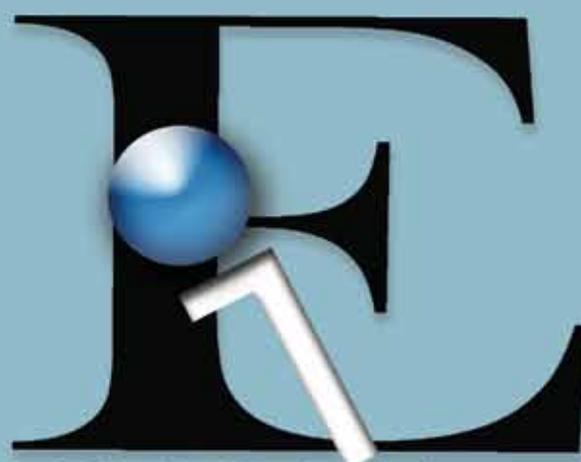
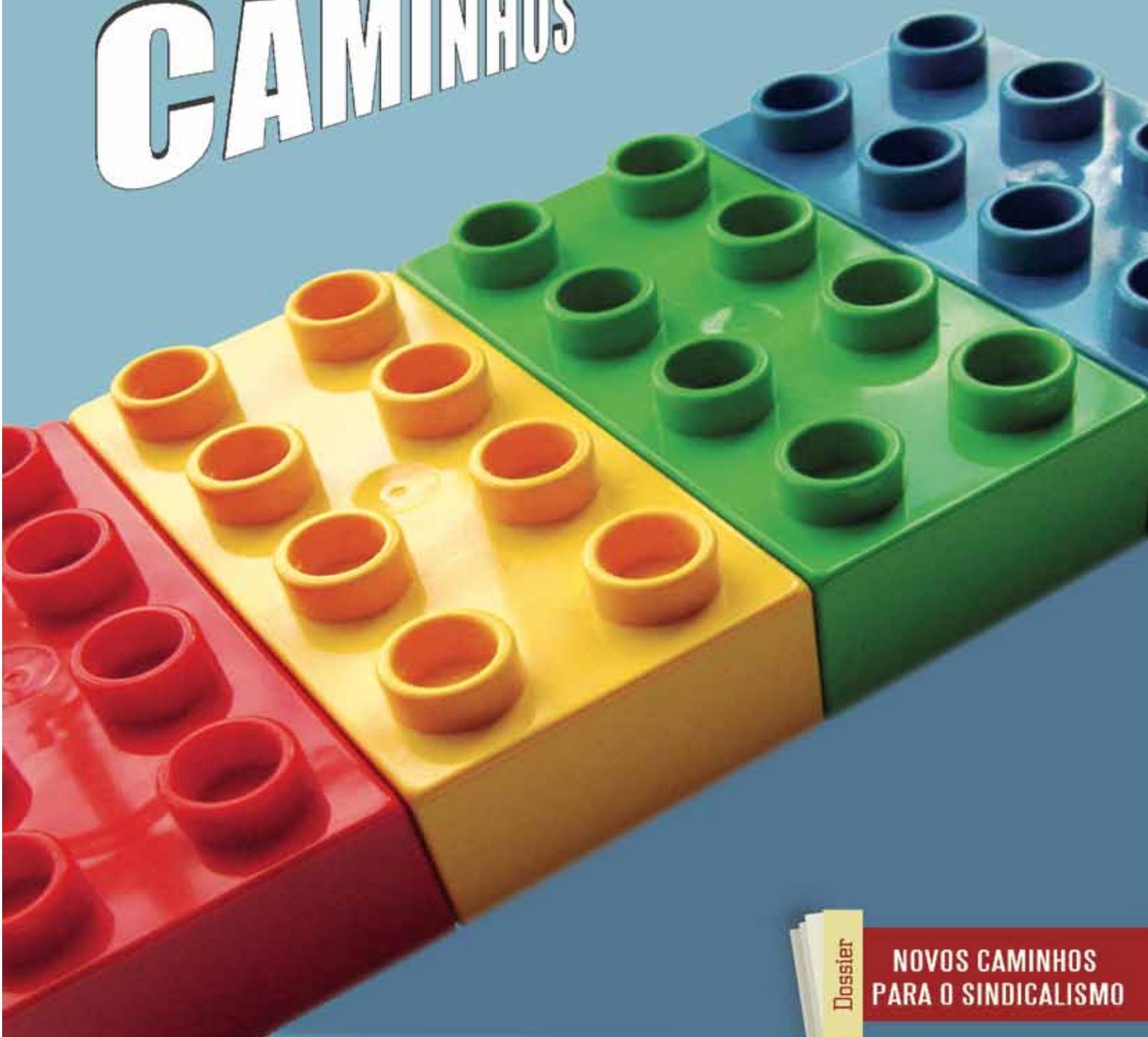


CONSTRUIR NOVOS CAMINHOS



ESCOLA **Informação**

Nº 246 Junho/Julho 2011 - MENSAL - 0,50€



Dossier

**NOVOS CAMINHOS
PARA O SINDICALISMO**

LEITURAS



Gaggi, Massimo;
Narduzzi, Edoardo
'Low Cost': o Fim da Classe Média,
Teorema, Lisboa, 2011.
Joaquim Jorge Veiguiña

A 'classe média' representou no período da revolução industrial um agrupamento social situado entre a aristocracia e o operariado, constituído fundamentalmente por comerciantes, profissionais liberais, industriais, artífices, a que se acrescentava o pessoal político e burocrático de origem não nobre. A sua característica central era a propriedade mobiliária em contraponto com a propriedade fundiária da aristocracia. No século passado, a dimensão desta classe alargou-se passando a designar sobretudo o conjunto de trabalhadores assalariados do sector terciário tanto do sector público como do sector privado, e uma parte dos trabalhadores do sector secundário com funções de enquadramento e direcção,

por exemplo engenheiros e técnicos de produção. Podemos designar mais correctamente este tipo de trabalhadores como classe média assalariada, para distingui-los dos seus 'antepassados' do século passado com a maior parte dos quais já não têm afinidades.

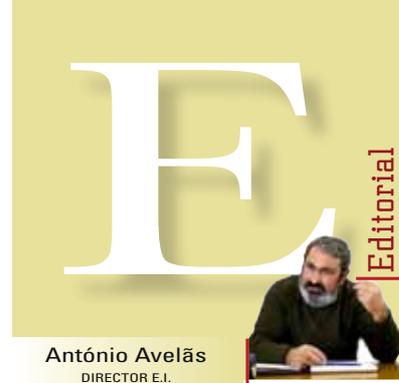
Os italianos Massimo Gaggi e Edoardo Narduzzi efectua uma leitura 'radicalista' da 'middle classe' quando defendem que o seu papel político no período do seu apogeu, o período posterior à Segunda Guerra Mundial até finais da década de 60 na Europa Ocidental, foi o de conter "o ímpeto «subversivo» da classe operária, através da defesa de uma "mudança gradual, a qual, contudo, teria de ocorrer sem perturbar os equilíbrios já existentes na sociedade" (p.16). A 'classe média' transformar-se-ia, assim, na principal beneficiária de um sistema de garantias e protecções sociais fornecidas pelo 'Welfare State' e o principal suporte da «institucionalização» de mecanismos políticos de enfrentamento competitivo no âmbito de regras compartilhadas" (p.16).

Esta leitura, para além de opor o operariado à 'classe média', não tem em conta que o Estado social na Europa Ocidental foi uma construção política de que o conjunto dos trabalhadores assalariados tanto da indústria como dos serviços recolheu importantes benefícios sociais, embora fosse afastado do controlo sobre a organização e as condições de trabalho. A tese dos autores acaba por ser condicionada por esta leitura errada do papel da 'classe média', o que tem como principal consequência a transformação do radicalismo do ponto de partida da análise em conservadorismo no ponto de chegada.

A década de 80 do século passado marca o início do declínio da 'classe média' nos países desenvolvidos e a emergência de uma "classe de massa sem contornos" que se situa entre "os estratos restritos da riqueza gerada pelo conhecimento criador" (p. 18) e uma classe 'proletarizada' com reduzido poder de compra sustentada por "serviços sociais" e "cada vez mais relegada para modelos sociais de um «Terceiro Mundo» emergente. A 'nova classe' define o seu 'estatuto' relativamente às outras duas pela procura de produtos

e serviços 'low cost' fornecidos por marcas como a Ikea, Wal-Mart, Zara, H&M, Ryanair entre outras e por um sistema 'welfare low cost', isto é, um sistema de protecção social de custos relativamente reduzidos em contraponto com o sistema 'assistencial' das 'classes proletarizadas' e "as formas privadas de welfare" em que aposta "a nova aristocracia do conhecimento criador" (p.119). Esta transformação social teve como principal causa as deslocações e a emergência de uma nova classe de compradores de produtos 'low cost', em países, como a China e a Índia, que ingressaram recentemente no mercado mundial, e onde existe já um sector de força de trabalho qualificada, mas com salários muito mais baixos. Esta situação contribuiu para a desagregação da 'classe média' típica dos países ocidentais e para o nivelamento minimalista dos direitos sociais.

O erro dos autores está menos no diagnóstico, mesmo tendo em conta que não entenderam a verdadeira natureza da classe média assalariada do século passado, mas no facto de considerarem como uma inevitabilidade a destruição do Estado social. Tendo como critério de análise o argumento de que os países que mais progredem no mercado global são os que registam maiores taxas de crescimento do PIB, esquecem que é necessária uma alteração do modelo económico dominante actual que, para além de ser ecologicamente insustentável, é socialmente injusto e iníquo, já que valoriza cada vez mais uma acumulação de capital cujos frutos são em grande parte apropriados por uma oligarquia que vive de enormes rendas financeiras à custa da regressão das condições de trabalho e de vida da grande maioria da população. É a ruptura com este modelo através de um desenvolvimento sustentável centrado na igualdade, na capacidade de cada indivíduo organizar a sua própria vida e de cooperar com os outros que constitui o novo paradigma.■



Apesar de um balanço azedo

NÃO DESISTIREMOS!

PORTUGAL PRECISA DE NÓS!

1. Chegámos ao fim de um ano lectivo “de má memória” quer do ponto de vista estritamente profissional, quer do ponto de vista político e sindical. Um ano que, lembre-se, começara sob bons auspícios: um governo minoritário do PS, uma maioria “de esquerda” (PS, BE, PCP) na Assembleia da República e uma ministra da Educação com uma história “de esquerda”. Conjuntura que os sindicatos dos professores, particularmente os sindicatos da FENPROF, aproveitaram para arrancar um acordo que, se tivesse sido cumprido, teria significado uma grande vitória dos professores e da escola pública. Recordemos: em 7 de Janeiro de 2011, a FENPROF e o ME assinaram um acordo que terminava com a vergonhosa divisão da classe entre professores e professores titulares, que retomava a progressão na carreira em termos que, não sendo os justos, muito menos os ideais, garantiam o acesso de todos os docentes ao topo da carreira. Da nossa parte, fizemos este acordo de boa fé, com a consciência de que os profetas do tudo ou nada nos insultariam, mas que o grosso dos professores nos aplaudiria. Como aconteceu até ao momento em que o ME reconheceu não ter condições, nem força, (nem vontade? nem dignidade?) para cumprir o que acordara. Do acordo então assinado, restou o fim da divisão da carreira em professores e professores titulares! Alguns docentes ainda conseguiram progredir na carreira; mas a grande maioria viu a sua progressão congelada não se sabe até quando.

2. Também não ganhámos a batalha da avaliação de desempenho. A generalidade dos docentes e dos analistas reconhece que estamos perante um modelo com efeitos muito nefastos para as escolas. Um modelo que o que acrescenta à vida das escolas é a divisão entre os docentes e a angústia dos avaliadores, obrigados a desempenhar uma tarefa para a qual não têm critérios certos e seguros (em muitos casos não têm sequer preparação, o que honestamente reconhecem). O Presidente da República vetou, após parecer do Tribunal Constitucional, a decisão da A.R. de suspender de imediato tal aborto. Fez mal. Mas se é verdade que não ganhámos esta guerra, também é verdade que não perdemos a guerra. O facto de termos mantido acesa esta luta durante todo o ano, obrigando os partidos do actual governo a tomarem posição pública contra o modelo, abre boas perspectivas para pôr fim a uma das aberrações paridas da mente doentia de Lurdes Rodrigues. A guerra continua, estamos em condições de a ganhar!

3. Prometeu e não cumpriu: Isabel Alçada reconheceu o absurdo dos horários impostos aos docentes. Afirmou-o, “com todas as letras” logo no início do seu reinado. Mas nada fez para concretizar a sua promessa. É certo que em alguns casos, o “problema” se agrava com os tiques autoritários e anti-pedagógicos de uns tantos directores. Mas a ausência de intervenção do M.E. na definição das regras do trabalho dos docentes nas escolas permitiu que a situação de mantivesse, quando não se agravou!

4. Vítimas de uma crise de que não são responsáveis, muitos funcionários públicos, nomeadamente a maioria dos docentes, viram os seus salários roubados entre 5 e 10%.

5. Tudo indica que o desemprego entre os docentes vai aumentar em Setembro, acompanhando de resto o que se passa em outros sectores.

6. Os professores não vão desistir. Organizados nos seus sindicatos retomarão já em Setembro a luta por um novo modelo de avaliação de desempenho, por horários compatíveis com o exercício da profissão, contra o desemprego, pela progressão na carreira, contra o roubo nos salários e subsídios.

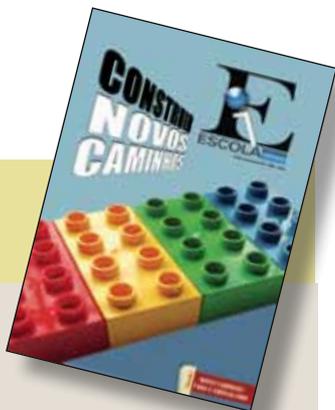
7. Mas fá-lo-ão em condições politicamente mais adversas. Por razões cuja discussão aqui não cabe, mas que se torna cada vez mais pertinente, foram criadas as condições para que a um governo do PS, com políticas de direita, é certo, sucedesse um governo muito mais à direita. E que a “maioria de esquerda” (meramente retórica) na A.R. desse lugar a uma confortável e efectiva maioria inequivocamente de direita. Se alguém ganhou com a mudança, não foram de certeza os trabalhadores. Estão ameaçados a segurança social, a escola pública, os direitos laborais. O país tornar-se-á globalmente mais pobre, para que alguns (poucos) se tornem mais ricos. Em momentos de recessão económica e de descrença generalizada, os sindicatos tornam-se cada vez mais necessários, apesar das lutas sindicais se tornarem muito mais difíceis.

8. Não cruzamos os braços, não nos rendemos. Vamos definir com clareza o campo de batalha. Vamos à luta por um Portugal que valha a pena, por uma escola que nos realize! ■

ficha técnica:

Director: António Avelãs .Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires . Redacção: Lígia Calapez (Jornalista). Fotojornalista: Paulo Machado . Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha sobre foto de Daniel Wildman. Composição: Luísa Pereira . Revisão: Luísa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 21 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.





Neste número:

2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Novos caminhos para o Sindicalismo

18 Cidadania

A Segurança Social em risco

20 Reportagem

Trabalhar para a autonomia,
encontrar o nosso caminho

24 Escola/Professores

24. Homenagem a Alfredo Tinoco

25. Eleições nos sindicatos da
FENPROF

Conferência Nacional do Ensino
Superior e Investigação

26. CCT do Ensino Particular e
Cooperativo

27. Docentes da Casa Pia exigem
negociações

28. “Já uma estrela se levanta”,
de Helena Pato

29 Opinião

Os resultados eleitorais de 5 de Junho

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Avaliação de Desempenho do pessoal
docente contratado



*“Hoje os trabalhadores estão
ou não, e mais uma vez, desafiados
a encontrarem-se como classe?”*

Texto de Carvalho da Silva

PÁGINA 11





Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº246 Junho/Julho 2011

■ “Por uma nova agenda sindical” foi o tema do Seminário que reuniu mais de uma centena de pessoas, num encontro no Goethe Institut de que aqui damos uma breve nota de reportagem. Uma iniciativa que se enquadra na luta “contra a escalada neoliberal”, tendo como base um Manifesto que se assume como ponto de partida da necessária reflexão e partilha de experiências para “encontrar respostas e formular acções”.

O Dossier conta ainda com um texto de Carvalho da Silva, com base na sua intervenção no Seminário. E com as contribuições de Óscar Soares e João Cunha Serra, respectivamente sobre as formas de promover uma maior participação na vida sindical e os desafios sindicais, na judiciousa combinação de resistência e concertação. ■

Por uma nova agenda sindical

Este manifesto é o nosso ponto de partida

“Precisamos todos uns dos outros”, impõe-se a criação de uma rede ou comunidade, não perder as ligações que o próprio seminário proporcionou, para pugnar por uma outra agenda sindical – afirmou Ulisses Garrido no encerramento do Seminário Internacional sobre Sindicalismo que, durante todo o dia de sábado, 18 de Junho, juntou no Goethe Institut cerca de 120 pessoas. Um debate que reuniu um significativo leque de oradores convidados e contou com uma activa participação dos presentes.

• **Lígia Calapez**
Jornalista

O s “sindicatos na construção da democracia política, económica e social”, por “um novo impulso à acção colectiva e aos direitos do trabalho” e “a representação, a organização e a representatividade dos sindicatos” – foram os grandes temas que pontuaram esta iniciativa. Tendo como pano de fundo - num momento particularmente difícil, de escalada neoliberal – a necessidade de encontrar respostas e de formular acções.

Ao longo do dia não faltaram questões candentes num debate que, à partida, tinha o mérito de – nas palavras de Reinhard Nauman – “se iniciar sem se saber o que dele sai”, e juntou académicos, sindicalistas, trabalhadores precários (das diferentes formas de precariedade que hoje marcam o mundo laboral). A começar pelo próprio título *provocatório* da conferência de abertura, de Richard Hyman – “A busca ilusória pela revitalização do movimento sindical”. Passando por

questões tão diversas (embora interligadas) como as fragilidades do sindicalismo e a necessidade de construir alternativas, a articulação com os novos movimentos sociais, ou os sindicatos como contra-poder (e não anti-poder ou pró-poder).

Revitalização do movimento sindical Uma busca ilusória?

A revitalização do movimento sindical é uma questão já muito discutida e com poucos resultados. Este o ponto de partida da intervenção de **Richard Himan**, do London School of Economics and Political Science (LSE). Que seguidamente abordou, de forma particularmente profunda, os ingredientes essenciais para essa revitalização.

Partindo do princípio que a determinação de caminhos é elemento fundamental para tal revitalização, Richard Himan sublinhou que as respostas possíveis passam pela definição de estratégias e não meras tácticas, envolvendo

quer capacidade de liderança e práticas democráticas, quer a articulação entre teoria e prática. Essencial é aprender sempre e construir solidariedades, nomeadamente ao nível internacional. A revitalização envolve ainda, necessariamente, luta ideológica. A partir deste conjunto de ideias-chave, o professor do LSE desenvolveu, ponto por ponto, as respostas possíveis à generalizada situação de fraqueza do movimento sindical dos nossos dias.

A posição de fraqueza do movimento sindical, que é hoje uma realidade em muitos países, com redução do número de associados e de correspondente capacidade financeira, salda-se num menor poder negocial e influência política e numa perda de legitimidade pública.

Entretanto, e independentemente dos factores externos, o movimento sindical não é uma vítima passiva de tais factores. É possível dar respostas.

Na busca de respostas têm surgido “receitas” contraditórias. Desde a reestruturação através de fusões (com maus resultados)





à opção de fornecimento de serviços aos associados (sem êxito). Ou ainda, as parcerias com governos ou empregadores (o que pode acarretar elevados custos, se o movimento sindical atraiçoar o seu papel). Ou, então, a aposta numa “receita” – vital – que vai buscar as suas raízes à própria história do sindicalismo: organização e mobilização (em que a componente negocial é também fundamental). E as campanhas em torno dos direitos sociais, a afirmação dos trabalhadores enquanto cidadãos - um elemento particularmente importante. Que lições retirar das várias experiências e “receitas”? (sem esquecer que há histórias de êxito que deveriam ser divulgadas) Antes do mais, que não há receitas universalmente válidas. São diferentes os contextos. O capital assume diferentes faces, tal como são diversas as atitudes assumidas pelos governos e patronato. As respostas terão assim que ser apropriadas a cada identidade nacional. E não há soluções fáceis. O que não invalida que há *princípios comuns* a considerar. Princípios ponto por ponto expostos

por Richard Hyman, e que aqui nos cingimos a apresentar de forma sintética (*texto pag. 10*).

A centralidade do trabalho

“Nós não podemos fazer leituras a preto e branco do que está a acontecer no mundo. Há aqui dinâmicas novas e temos que ver este universalismo”. Palavras de **Carvalho da Silva**, numa intervenção que teve como mote a centralidade do trabalho, que o secretário-geral da CGTP-IN classificou como “questão nuclear”.

Numa breve resenha histórica, Carvalho da Silva lembrou, nomeadamente, a criação de associações de socorros mútuos para dar resposta a problemas prementes, como parte da história do próprio movimento sindical, e de como os conceitos de fraternidade deram lugar aos de solidariedade, aos ideais socialistas e à resposta do Estado Social. Factos que é particularmente importante lembrar no actual momento de

A reflexão impõe-se para uma acção esclarecida e coordenada a nível nacional. E certamente também no plano internacional. (...) Nós, sindicalistas, cidadãos envolvidos em diferentes organizações e movimentos sociais, e cientistas sociais, decidimos tomar em mãos algumas iniciativas para contribuir para esta reflexão urgente, porque sentimos que é exigido o concurso de todos e a partilha de experiências e pontos de vista para aprofundar o diagnóstico, encontrar respostas e formular acções, no quadro da liberdade de expressão e discussão.

(do Manifesto)

crise.

Sublinhando as diferentes dimensões do trabalho – económicas, sociais, culturais, políticas – de que se não pode abdicar, Carvalho da Silva colocou a questão de como trabalhar a centralidade do trabalho. Mais concretamente, como articular os diferentes níveis – local, nacional e global - num quadro de grande diversidade de condições de trabalho.

O secretário-geral da CGTP referiu, como grandes temas ligados ao trabalho e ao emprego, questões como a construção de respostas solidárias à precariedade e a necessidade de afirmação de uma identidade, os desafios que hoje se colocam à esquerda (num momento em que a social-democracia se “evaporou” na Europa), ou ainda o grande esforço que se impõe para a criação de conceitos próprios.

Destaque mereceram, igualmente, os grandes conteúdos da acção sindical e as questões orga-

INDICADORES DE SINDICALIZAÇÃO

MODELO RR.LL.	AFILIACIÓN	REPRESENTACION	COBERTURANC
Escandinavo (DK-FI-SE)	74,7	85	86,8
Centro-europeo (AT-BE-DE-LU-NL-SI)	33,5	70	82,8
Latino (EL-ES-FR-IT-PT)	20,2	55	75,4
Anglosajón (CY-IE-MT-UK)	33,9	40	35,3
Oriental (BG-CZ-EE-LV-LI HU-PL-RO-SK)	18,8	25	34,5
TOTALUE-27	23,4	60	62,5

Fuente: Comisión Europea, Industrial Relations in Europe, 2008 y 2010
Fundación Europea para la Mejora de las Condiciones de Vida y Trabajo, European Company Survey 2009

Power Point apresentado por Pere Beneyto

EL SINDICALISMO DEL SIGLO XXI

nizativas (partindo da resposta à pergunta essencial: onde estão os trabalhadores e quem são?)

Democracia política, económica e social

A “referência ao marxismo ganhou, nos últimos tempos, maior actualidade, e continua a ser inspiradora da acção colectiva e do aprofundamento da consciência cívica”, defendeu **Elisio Estanque** na sua intervenção. Frisando a “necessidade de reconceptualização e reconstrução do pensamento marxista”, destacou “três vértices fundamentais da reflexão e de todo o pensamento de Marx e do marxismo: a análise de classes, a teoria das classes e a emancipação”.

Neste quadro, o sociólogo da FEUC defendeu que a análise de classes precisa “ser reconstruída, repensada, em face da profunda transformação e recomposição”; o determinismo histórico repensado, numa perspectiva de campo de possibilidades; a teoria de emancipação mais valorizada na sua vertente humanista e de justiça social.

Colocou ainda um conjunto de questionamentos: os porquês da fragilidade do movimento sindical, a necessidade de construir alternativas, as respostas necessárias ao retrocesso social que neste momento vivemos.

André Freire, do ISCTE, numa análise sobre sindicalismo, democracia e neoliberalismo, va-

lorizou os bons resultados – ao nível do diálogo social e da performance económica – de uma democracia consociativa, em termos de prática política, e de um “neocorporativismo”, ao nível do sistema de intermediação de interesses.

Considerou ainda que os sindicatos precisam alargar a sua base social de apoio, quer prestando maior atenção às categorias mais desprotegidas e menos bem organizadas, quer através da articulação com os novos movimentos sociais.

Tiago Gillot, dos Precários Inflexíveis, destacou a importância de sindicatos combativos face à ofensiva neoliberal em curso – que é também uma ofensiva anti-democrática e anti-sindical. Lembrou que a precarização do trabalho gera condições favoráveis à individualização e à destruição da capacidade de organização colectiva. Sublinhou ainda a necessidade de não ignorar o movimento dos indignados (nem os riscos subjacentes de um possível discurso anti-sindical).

Carlos Trindade destacou a importância dos sindicatos na construção da democracia. Num mundo em que “cada vez tudo é mais complexo”, o sindicalista da CGTP – que se declarou “cada vez mais crítico” – defendeu um sindicalismo de classe, democrático, independente, autónomo, de unidade e solidariedade, que se afirme como contra-poder (e não anti-poder ou pró-poder), politicamente activo (mas não par-

tidarizado), solidário aos vários níveis. E lembrou, a concluir, que “é preciso ter ganhos concretos”.

Acção colectiva e direitos do trabalho

A necessidade de aprendizagem mútua foi o mote da intervenção de **Maria da Paz Lima**, que defendeu os sindicatos como “organizações que aprendem” e a necessidade de também os académicos aprenderem com os sindicatos.

A académica realçou que se impõe redefinir estratégias, em ligação com o momento actual, marcado por uma viragem profundamente negativa que põe em causa direitos universais, da educação à saúde. Face à regressão social e políticas tendentes à desarticulação dos sindicatos (está em causa a própria contratação colectiva), Maria da Paz Lima considerou ser fundamental “ir à base” e questionou: “alguém se pode dar ao luxo de prescindir seja de quem for no combate pela democracia e direitos sociais, pela renegociação da dívida?”

E propôs, concretamente, a ideia de organizar um movimento que juntasse, a nível regional, os sindicatos da Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal.

Manuel Freitas, do Sindicato de Têxteis e Calçado, realçou que uma das grandes dificuldades para a acção colectiva é a alteração do ciclo de vida dos trabalhadores induzida pela precariedade, impondo-se uma séria reflexão sobre a fraca adesão dos trabalhadores às lutas. Defendeu que, quando da negociação dos contratos colectivos, é fundamental inscrever nos acordos os direitos mais importantes, mas considerar-se uma adaptabilidade regulada. Um processo que terá que se afirmar contracorrente, contra a individualização dos contratos de trabalho.

João Correia, advogado de conflitos de trabalho, alertou para a necessidade de minimizar “as consequências dramáticas das políticas que aí vêm”, sendo a

negociação um elemento indispensável.

Guadalupe Simões, do Sindicato dos Enfermeiros, deu testemunho da experiência do seu sindicato, que apostou na “construção de todos os pilares da profissão”. Ou seja – na construção de uma identidade profissional como factor mobilizador. A dirigente sindical defendeu ainda a necessidade de “passar mensagem da importância dos serviços públicos”. E concluiu: “Temos que nos reinventar (...) Só estando mais perto dos trabalhadores, aceitando-os com as suas diferenças... poderemos chegar mais longe”.

Representação, organização e representatividade

A desmontagem das diferentes formas de ofensiva neoliberal – por parte do capital, do Estado, ideológica e de deslegitimação do movimento sindical – foi o ponto de partida da intervenção de **Pere Beneyto**, da Universidade de Valência e do Centro de Estudos das CCOO.

O catedrático espanhol valorizou a importância do movimento sindical europeu, “o maior e melhor movimento social europeu, que dirige a sua acção ao próprio coração das desigualdades”. Apresentou entretanto uma série de quadros reveladores da quebra de sindicalização e sublinhou a correlação positiva entre o índice de participação dos trabalhadores (que envolve nomeadamente a sua capacidade de representação e cobertura da negociação colectiva) e a qualidade do emprego, o desenvolvimento económico, de formação e social. Concluiu defendendo a necessidade de articulação do protesto e da proposta.

Cristina Andrade, do movimento “Fartos de recibos verdes”, lembrou que há hoje cerca de 2 milhões de trabalhadores precários, sendo a unidade entre todos os trabalhadores – e “os sindicatos representam todos nós” – o grande desafio. Ao longo da sua intervenção, Cristina Andrade

sustentou estratégias que facilitam a sindicalização, independentemente das situações profissionais, a renovação dos sindicatos com um discurso inclusivo e adequado aos mais novos, encontrar caminhos que unam, a aposta nos contratos colectivos, delinear formas de trabalho conjunto entre sindicatos e movimentos “para chegar às pessoas”.

“Pôr a sociologia ao serviço do povo”. Esta a perspectiva de **Alan Stoleroff**, do ISCTE, presente no seminário em representação aca-

poder reivindicativo dos sindicatos. E destacou a importância da democracia participativa e das alianças.

Muitas questões e algumas pistas

Na conclusão dos trabalhos do seminário, o sindicalista **Ulisses Garrido** lançou uma série de desafios.

Começando por preconizar um “sindicalismo de proximidade e de confiança” como possível

Sistema de RR.LL. en Europa – Variables institucionales

	UE-27	NORTE	CENTRO	SUR	ESTE	OESTE
ESTRUCTURA SINDICAL						
Tasa Afilia. %	24,4	74,7	35,4	20,2	33,9	22,8
Concentración	—	0,375	0,344	0,217	0,413	0,276
Centralización	0,369	0,476	0,538	0,378	0,370	0,318
NEGOCIACIÓN COLECTIVA						
Tasa cober. %	62,5	86,8	82,8	75,4	35,3	34,5
Estruc.sectorial	1,2	2,0	1,8	1,2	0,5	0,7
REPRESENTACIÓN						
	1,5	2,00	2,00	1,60	0,83	0,93
CONCERTACIÓN						
	0,9	1,33	1,44	1,00	0,50	0,81

Fuente: - Comisión Europea, Industrial Relations in Europe 2000

Power Point apresentado por Pere Beneyto

démica. O professor do ISCTE falou nomeadamente da necessidade de estudos que contribuam para o esclarecimento analítico e empírico dos problemas que vão surgindo, sem estar preso a uma ideologia política. Sublinhando o significado da função da representação sindical, alertou para os problemas maiores que se podem levantar com negociações descentralizadas com a entidade patronal.

Manuela Mendonça, dirigente do SPN, realçou questões ligadas à avaliação da representatividade sindical, particularmente sentidas entre os professores, dada a “excessiva e progressiva pulverização de organizações sindicais de professores”. Lembrou nomeadamente que “a FENPROF defende, desde o seu 6º Congresso, a exigência da medição da representatividade das várias organizações, não como um fim em si mesmo mas como forma de reforçar o

ideia-chave, referiu a necessidade de uma comunicação renovada (“falamos sindicais”) para chegar às pessoas, dar-lhes poder, e de implementar uma dinâmica de equipas duráveis (com destaque para o papel da formação dos quadros).

Defendeu ainda um reequilíbrio entre concertação e conflito (potenciar a acção que dá poder a quem negocia) e sublinhou que “democracia também é poder”. Um poder frequentemente demasiado controlado. É preciso “ousar fazer diferente”.

A necessidade de alianças, trabalhar com os outros, construir pontes com as diferenças, foram outras questões fulcrais abordadas por Ulisses Garrido. Na perspectiva de “pugnar por outra agenda sindical”. ■



Foto: Henrique Sousa

Princípios comuns

Os sindicatos ousam criar novas estratégias e teorias, ou limitam-se a gerir o seu próprio declínio?

Um primeiro princípio: a **revitalização do movimento sindical é uma questão estratégica** e não meramente de táticas. O que implica um modelo organizacional bem pensado, incluindo, nomeadamente, as formas de acção (no plano económico e/ou político; na relação negociação/contestação). Uma definição de estruturas e responsabilidades. E inevitáveis controvérsias.

Estratégia requer liderança. Que envolve uma boa utilização dos recursos existentes. Uma coordenação entre as várias actividades, num conjunto coerente. Planeamento a longo prazo. Iniciativas bem concertadas. Um grande empenhamento. Mas não é tudo: impõe-se igualmente **reformular a relação teoria/prática**. As novas estratégias só ganham sentido com a acção quotidiana no terreno e têm que ser compreendidas e apropriadas por todos os envolvidos. Deste modo os sindicatos afirmam-se como veículos de emancipação. Portanto, a **estratégica impli-**

ca também a participação e o envolvimento democrático dos trabalhadores. Uma estratégia eficaz é impossível sem a vontade de agir dos sócios, um diálogo interno, o desenvolvimento de “intelectuais orgânicos” e não apenas académicos.

A revitalização afirma-se assim como **um processo de aprendizagem**. Em que o que está em causa é não apenas o gerar de novas ideias, mas também livrar-se de velhas máximas e de receitas ultrapassadas. Um processo que exige dos sindicatos “aprender a aprender”. E que requer mesmo mudanças estruturais difíceis.

A realidade que hoje se vive requer, por outro lado, **novos conceitos de solidariedade**. Neste momento não há um sindicalizado-padrão. A composição das classes trabalhadoras é múltipla, envolvendo mormente imigrantes e precários, com interesses em parte diferenciados. Estamos assim perante identidades colectivas a serem construídas. E poder-se-á dizer que, se no passado a solidariedade era automática, mecânica, hoje terá que adquirir um carácter orgânico. Exige-se a criação de um sentido de unidade

que é diferente de uniformidade. Também a um nível mais amplo, a globalização exige **solidariedades internacionais**. Não um internacionalismo burocrático, que não funciona, um internacionalismo que fique pelas mãos de “peritos”. Mas um internacionalismo que faça parte da corrente principal da acção sindical, e se integre no seu trabalho educativo. O que envolve questões de articulação aos vários níveis – local, nacional e internacional.

Por último, a inovação estratégica exige **luta ideológica**. O enfraquecimento dos sindicatos tem também raízes ideológicas. Sectores houve que deixaram de acreditar na luta por uma economia e uma sociedade melhores e não apenas por limitar prejuízos. Impõe-se assim aceitar o desafio da luta de ideias, por uma nova e imaginativa utopia, um novo e mais adequado vocabulário, alianças com outros movimentos progressistas (sem pretensões de liderança), o assumir decidido da dimensão política. ■

[com base na apresentação de **Richard Himan**, *London School of Economics and Political Science (LSE)*]



Foto: Henrique Sousa

SINDICALISMO: Problemas sociopolíticos e questões organizativas

• **Carvalho da Silva**

Secretário Geral da CGTP

Vou procurar, em primeiro lugar, situar, sinteticamente, **o lugar e o valor do trabalho** e alguns dos desafios que se colocam como trabalharmos a centralidade do trabalho, questão que considero nuclear, para se desenvolver actividade sindical com êxito.

Procurarei depois, expor-vos dois conjuntos de questões: i) alguns **grandes problemas sociopolíticos** que se colocam aos sindicatos; ii) considerações sobre **questões Organizativas**.

1 - A centralidade do trabalho

Importa ter presente que, quando os sindicatos surgiram, no caldeirão social da 1ª fase do século XIX, iniciaram uma luta muito longa, prolongada, difícil, para situar o lugar e o valor do trabalho. O contexto era complexo.

Lembre-mos, por exemplo, do que foram as batalhas em torno da retribuição do trabalho, do salário (era mero subsídio de subsistência), ou as batalhas pelos horários de trabalho, pelas condições de trabalho e pela valorização das profissões. Nesse contexto, nesse caldeirão, houve conceitos que vinham do passado que sustentaram inicialmente o surgimento de organizações – associações de socorros mútuos, associações fraternais e humanitárias diversas, associações de mutualismo – para responder a problemas prementes da vida das pessoas.

Ao olhar para a história do Movimento Sindical, situo uma observação de Canais Rocha, no livro dos 40 anos da CGTP-IN. Ele chama a atenção para o percurso do Movimento Sindical Português, na luta pela sua emancipação social e política e como se afirmou enquanto classe distinta. O sindicalismo foi traçando o seu próprio caminho para dar corpo ao “movimento operário-político” em que

se transformou. Durante décadas convive com outras organizações, associações que, nalguns casos, se baseiam na corporização do conceito de fraternidade que vinha da sociedade medieval, muito com a marca da Igreja Católica. Ao mesmo tempo surge uma evolução dos próprios conceitos. O conceito de fraternidade vai dando lugar ao conceito de solidariedade, pela afirmação e dimensão da classe operária e pelo avanço dos ideais socialistas que entretanto vão fazendo o seu percurso.

Deixo desde já um registo sobre o surgimento, no final do séc. XIX, do embrião em que se há-de tornar o Estado Social – um dos temas que hoje precisamos de tratar, de discutir para o defender e reafirmar. Nesse tempo, perante a dinâmica e força do movimento operário, o poder político teve necessidade de responder com compromissos sociais. Para esta e outras batalhas fundamentais precisamos de situar bem o lugar e o valor do trabalho. Esse exercício é factor essencial

para delinear as tarefas específicas do Movimento Sindical e articularmos campos de acção com outros movimentos.

A centralidade do trabalho, na caracterização que tenho feito, pode desdobrar-se em nove componentes que aqui vos apresento como pequenos comentários:

- O trabalho enquanto factor de produção;
- O trabalho enquanto actividade socialmente útil;
- O trabalho factor essencial de socialização;
- O trabalho expressão de qualificações;
- O trabalho fonte de direitos sociais e de cidadania;
- O trabalho direito universal e espaço de dignidade e de valorização humana;
- O trabalho como factor de alienação económica, ideológica, política e até religiosa;
- O trabalho como condição de acesso a padrões de consumo e estilo de vida;
- O trabalho enquanto actividade humana, desafiada a cuidar do ambiente e dos valores ecológicos.

Partindo destas componentes da centralidade do trabalho há vários elementos que convém analisar.

Esta centralidade mostra-nos, inequivocamente, que o trabalho e as relações do trabalho têm dimensões simultaneamente económicas, sociais, culturais e políticas e que os trabalhadores e os seus sindicatos não podem abdicar de nenhuma delas, nos diversos processos em que intervêm.

Quando os sindicatos não assumem este posicionamento abrem caminho a que, por exemplo, mais facilmente se imponha o individualismo e a relação individual de trabalho; torna-se mais fácil aos governos e ao patronato imporem relações de trabalho desequilibradas e facilmente submetidas aos “paradigmas” dominantes da economia; os trabalhadores submetidos à “realidade” do local onde prestam trabalho, com as entidades patronais (privadas ou públicas) a imporem as suas análises e interesses isolados do contexto social e político da sociedade, são facil-

mente despidos de direitos laborais e sociais.

As componentes e características do trabalho que enunciei fornecem-nos indicadores para a acção geral e específica do movimento sindical; sugerem-nos conteúdos para formular e estruturar reivindicações e propostas; indicam-nos a amplitude de participação dos actores sociais e políticos para além dos sindicatos em temáticas que têm conexão com o trabalho, e isso reforça-nos a necessidade de uma outra conclusão: há uma multiplicidade (e é preciso incentivá-la) de movimentos no espaço e nos conteúdos das questões com que lidamos no trabalho e, imperiosamente, tem de haver articulação de acção entre os diversos movimentos sociais e políticos que se vão afirmando.

É fundamental, entretanto, que o movimento sindical não se deixe diluir no conjunto de movimentos. O movimento sindical não pode abdicar do seu espaço próprio e de o afirmar como tal. Enquanto movimento social ele tem características específicas. Situados no espaço da construção e do estabelecimento das relações de trabalho e de dimensões concretas do processo sociopolítico geral.

Por outro lado, as características da centralidade que enunciei apelam-nos a uma reflexão profunda sobre os conceitos de trabalhador, de consumidor, de cidadão. E mostra-nos a existência de uma relação profunda entre os direitos no trabalho, os direitos sociais, a cidadania, a concepção de Estado, o modelo de sociedade a defender. Já agora, deixo uma interrogação: **hoje os trabalhadores estão ou não, e mais uma vez, desafiados a encontrarem-se como classe?**

Quanto a este conceito, defendo o seguinte: Uma leitura ideológica e sociológica da sociedade, que suporte a identificação do conjunto de trabalhadores como uma classe numa perspectiva de acção (assumindo que os trabalhadores se situam, na estrutura social, em graus e formas muito diferenciadas), continua a constituir-se como factor fundamental na busca da sua unidade para agirem, unidade essa que terá de assentar basicamente em interesses económicos e sociais.

Algumas considerações para se trabalhar aquela centralidade

- É preciso que o trabalho surja, com valores progressistas, na agenda política. Essa é uma luta política dos sindicatos, mas as forças políticas à esquerda, também outras forças e organizações sociais e culturais e, ainda, movimentos ligados a campos diversos têm de tomar a sério este desafio;

- A acção e a organização dos sindicatos têm de fazer-se nas dimensões local, nacional, regional e global e serem articuladas com dinâmicas novas. O local de trabalho é o espaço primeiro na construção de novas relações de forças. O(s) movimento(s) sindical(ais) de classe devia(m) ou deve(m) estar no impulsionamento destas mudanças priorizando o trabalho;

- A construção (e reconstrução) da solidariedade – ou das solidariedades porque o problema se coloca em vários planos (emprego, salário, segurança social, etc.) e, desde logo, entre gerações – e de outros valores indispensáveis para o êxito da acção colectiva, tem de estar nas agendas sindicais. A luta é hoje profundamente ideológica e os sindicatos têm de ir ao combate não se submetendo a conceitos dominantes manipulados.

Para o nosso trabalho é fundamental **ter em conta o contexto do processo de globalização** em curso e batermo-nos pelos valores do universalismo, da multilateralidade e da multiculturalidade que o devem marcar. Nós não podemos fazer leituras a preto e branco daquilo que está a acontecer no Mundo. Há dinâmicas novas, países e blocos de países que surgem como actores decisivos pela primeira vez. As “importâncias” dos países e até das culturas estão a mudar. Temos de ser universalistas e solidários. Temos de agir a partir da situação concreta da União Europeia, a partir da situação concreta de Portugal enquanto País europeu com fronteiras e relações a Sul.

O movimento sindical estrutura-se e organiza-se na diversidade das condições dos trabalhadores face a



Foto: Henrique Sousa

uma nova era. A propósito, e para nos situarmos, vale a pena referir, numa perspectiva institucional/reformista, algumas afirmações do Director Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Relatório que submeteu este mês de Junho à 100.^a sessão da Conferência. Debaixo do subtítulo “Está emergindo uma nova era mundial” ele escreve “...De facto, creio que se iniciou uma nova era mundial. A experiência histórica mostra-nos que as novas eras começam com o colapso dos dogmas e das estruturas de poder dominantes. Isto é sem dúvida o que está acontecendo...”. E, depois de uma série de observações, diz: “não há dúvida que a mudança se está a processar, mas estas transições têm ainda muitas incertezas”. E, depois, faz uma afirmação interessante: “As alternativas não nos são oferecidas, não vêm dadas como um produto acabado. Há que construí-las”.

É pena que grandes organizações sindicais não estejam à altura dos desafios que se colocam. No Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), realizado em Maio, em Atenas, foi aprovado, por unanimidade, um documento – “Resolução de Emergência” – dirigida ao Conselho de Ministros do ECOFIN, que coloca as questões fundamentais relativas à situação em que se encontram a Grécia, Portugal, etc. Estão lá plasmadas posições que rechaçam a imposição externa de políticas salariais e todas as grandes reivindicações que a CGTP-IN e os partidos à esquerda fizeram em Portugal, no que diz respeito às condições para o seu refinanciamento junto do BCE, ou quanto à forma de tratar o défice, questões que fundamentam a exigência da renegociação da dívida. Isto tem muito significado, mas a acção colectiva da CES de mobilização sindical para corresponder a

esse conteúdo não se concretiza. E vemos, por exemplo, a UGT votar favoravelmente aquele documento e aqui no país fazer quase o inverso.

2 - Seis grandes problemas sociopolíticos que se colocam aos sindicatos

1.º - Como articular a condição de Movimento Social com a de parceiro institucional no actual contexto de globalização no plano geral, europeu e nacional? Para esse desafio qual o papel do Movimento Sindical de classe na sua diversidade? Como discutir a agenda política dos sindicatos, tendo em conta que um grande problema da maior parte dos sindicatos é estarem peados por uma intervenção institucional que os subjuga, face aos conteúdos predeterminados unilateralmente pelo capital e pelos governos ao seu serviço?

2.º - O Movimento Sindical Europeu foi construtor activo do chamado Projecto Europeu (e penso que em vários aspectos fez bem esse percurso). Mas o Projecto Europeu em torno do qual se mobilizaram os trabalhadores e os povos está hoje subvertido e em perigosa degradação. A questão é, pois, como nos posicionarmos com eficácia face a esta realidade?

A interrogação que fica é: que Projecto Europeu nós estamos a defender? O Movimento Sindical associou-se à construção de um Projecto num contexto político, num contexto económico, num contexto temporal totalmente diferentes dos de hoje. E tem de sair do aprisionamento em que se encontra. Tem de manter a outra dimensão do movimento social que põe

em causa os poderes instituídos. Ai do conjunto dos sindicatos se algumas confederações progressistas e de classe não conseguirem começar a romper com este bloqueio!

3º - Que resposta dar à precarização do trabalho, ao processo em curso que visa a harmonização no retrocesso no que diz respeito aos direitos laborais e sociais, à complexa construção dos quadros de relações de trabalho?

A construção de respostas solidárias é uma das componentes mais prioritárias da nossa acção. Há que trabalhar a construção de identidades colectivas a partir da situação concreta em que se encontram os trabalhadores. É preciso combater medos e perspectivas individualistas nos locais de trabalho, mas também trabalhar a articulação na acção entre o Movimento Sindical e outros movimentos, criando elementos agregadores em acções mais pontuais ou mais estratégicas.

4º - Quanto à acção do sindicalismo, para desenvolver a luta social que alimenta a construção de projectos políticos que a potenciem, direi que este é dos maiores problemas da nossa agenda. Há que intensificar as pequenas e grandes mobilizações, definir objectivos de curto e longo prazo, tratar cada processo reivindicativo e cada luta com estratégias bem definidas. Entretanto, não podemos escamotear: (i) na fase actual o Estado-Nação está prisioneiro da vitória dos mercados; (ii) a social-democracia está a evaporar-se da Europa. Dentro de um ano, provavelmente, será varrida de governos próprios e a sua evolução parece-me extremamente complexa; (iii) à esquerda não se tem conseguido afirmar e credibilizar nos povos propostas alternativas.

O Movimento Sindical não pode

alhear-se destas realidades. Como tratarmos a autonomia, mas também as articulações de acção, como tratar as interdependências, mas ainda as interdependências, para ajudar a encontrar caminhos novos?

5º - O combate pela construção e afirmação de conceitos próprios e a luta pela desconstrução e reconstrução de conceitos manipulados é outra grande tarefa. O que transportam hoje os conceitos de: “transformação”; “desenvolvimento”; “adaptação”; “modernidade”; “autonomia”; “mudança”; “conservação”; “iniciativa”; “mobilidade”; “flexibilidade”; “empreendedorismo”; “empregabilidade”; “qualidade”; “reforma”; “ruptura”.

A manipulação destes conceitos é monumental e o Movimento Sindical não os pode “comprar” na sua leitura liberal. Tem de ir ao debate, tem de questionar até ao fundo, numa batalha ideológica que vai ser longa, mas que é imprescindível.

6º - Existem meia dúzia de grandes temas do sindicalismo, que são históricos e sempre actuais: i) O que é hoje o emprego? O emprego tem de ser actividade valorizada socialmente para produção de bens e serviços úteis à sociedade e não trabalho descartável para enriquecer alguns, no mais curto espaço de tempo; ii) outro tema é o do salário, que não pode voltar a ser subsídio de subsistência, mas como sabemos, em nome do combate ao desemprego, estão a reduzir os salários; iii) outro é o tempo, que é o bem social mais importante depois da saúde – o tempo de trabalho se for instabilizado, infernizanos a vida toda e isso conduz-nos quer à questão da salvaguarda ou conquista de factores de segurança e estabilidade no trabalho, que podem assumir formas diferentes mas têm de existir, quer à necessidade de se repor a exigência da redução dos horários de trabalho; iv) outro tema importantíssimo é o da contratação colectiva que foi o instrumento de distribuição de riqueza mais importante na segunda metade do século XX. A contratação colectiva com as partes a intervirem em pé de igualdade tem de ser reconquistada; v) por último, o tema da sustentação dos sistemas

de segurança social e de protecção social. Deixo apenas uma nota sobre a segurança social. No sistema capitalista em que vivemos não é possível sustentar sistemas universais e solidários, sem efectivação do compromisso capital/trabalho efectuado no espaço e no tempo da produção da riqueza.

3 - Questões Organizativas

Faço uma observação de partida: Hoje o Neo-Liberalismo está dominante e tem os sindicatos por inimigos, portanto façamos todas as análises críticas no seio do Movimento Sindical, mas não nos esqueçamos que temos de travar uma batalha profunda pela liberdade sindical, pelo direito de organização e acção no local de trabalho, pelo direito do trabalho, pelo papel da Organização Internacional do Trabalho. Depois, precisamos de analisar com objectividade, em cada sector, em cada região, como deve evoluir organicamente o Movimento Sindical, se mais centrado no sectorial, se mais centrado no regional, por forma a ter mais trabalhadores com mais organização e acção.

Três tópicos para reflexão:

1º - É fundamental ver, com objectividade e rigor, onde estão os trabalhadores, em que condições estão e quem são. Temos 1.200.000 precários no País, o Movimento Sindical tem de interpretar solidariamente a sua situação e agir em sua defesa. Temos cerca de 2 milhões a 2 milhões e meio de trabalhadores que têm um salário mensal até 800€ que precisam muito de uma acção sindical reivindicativa que melhore o seu nível de vida. Temos uns 760 a 780 mil desempregados, e o Movimento Sindical tem de saber quem são, onde estão, em que condições se encontram, ajudando-os na sua organização e acção! Temos de rejuvenescer em vários campos, mas os reformados são também uma enorme massa com influência social e política. Temos de defender profissões qualificadas. Temos de responder à dis-

seminação da estrutura empresarial e dos serviços.

2º – Que tipo(s) de vínculo sindical poderemos desenvolver em cada uma daquelas situações em que os trabalhadores se encontram, e como afirmar o valor do trabalho e das profissões para forçar o desenvolvimento sustentado do país? Por outro lado, como lidar na relação entre o trabalhador e o sindicato e o trabalhador, ao nível da informação, da existência de contactos regulares, estabilizados e de confiança?

3º - É preciso uma séria reflexão sobre as reestruturações sindicais que têm sido feitas, sem deixar de ter presente que a questão da identidade profissional, em inúmeros casos, não diminuiu de importância nas estratégias do Movimento Sindical, mesmo perante novas profissões e apesar de todas as flexibilidades e inseguranças em que nos movemos.

Se temos menos capacidade, se estamos com forças desgastadas, então temos de gerir melhor as nossas forças e os nossos meios, porque o movimento sindical e a acção colectiva dos trabalhadores vão ser, mais uma vez, imprescindíveis. Em causa estão problemas como o da formação dos quadros, da unidade e da unidade na acção que deve ser uma construção permanente assente em princípios e objectivos claros, no projecto sindical que corporizamos e nas práticas da acção concreta.

Estamos em véspera do XII Congresso da CGTP-IN e uma das coisas que me parece fundamental é, em torno dele, todos nós participarmos no debate e os sindicatos irem ao combate pelas suas propostas. Vivemos um tempo em que a presença e afirmação dos sindicatos é determinante para o futuro desta Central Sindical sem com isso secundarizar o papel dos quadros individualmente considerados e termos consciência de estarmos numa mudança geracional. Na dinâmica social, que é necessário construir, a CGTP-IN será decisiva. Vale a pena apostar neste Projecto e, por isso, vos deixo o apelo. ■

Para uma maior participação na Vida Sindical

A legitimidade das decisões e orientações adoptadas são elementos fundamentais

• Oscar Soares

Direcção do SPGL

A democracia e a legitimidade das decisões tomadas, são, complementarmente com a recusa de ser manipulado e com a prioridade dada à defesa dos interesses dos seus associados, razões de fundo que possibilitam / viabilizam uma maior participação na vida e na acção de qualquer organização social, designadamente nos sindicatos.

A generalidade das pessoas empenha-se tanto mais, isto é, participa tanto mais, mobilizando-se e contribuindo para a mobilização dos outros, quanto mais está convencida de que a sua participação “vale a pena”, é tomada em consideração e que as correspondentes decisões são legitimadas pela forma democrática e participada com que foram adoptadas.

No caso sindical convém reflectir se as estruturas como a Direcção ou a Assembleia Geral de Sócios possuem, ou não, tal legitimidade e como a reforçar.

É minha opinião que, se forem respeitadas as regras da democracia formal, as decisões ao serem tomadas pela Direcção ou pela Assembleia Geral de Sócios possuem legitimidade formal, mas que tal é insuficiente dum ponto

de vista político e sindical.

As decisões se tomadas pela Direcção Sindical, sendo em princípio legítimas, tendem a sê-lo cada vez menos, quanto mais são monopolizadas pela Direcção, que, contudo, em determinados momentos-chave é a estrutura vocacionada para tomar uma decisão – a única estrutura que a pode tomar, nomeadamente no fechar de processos negociais.

Contudo, decisões há que, pela sua importância, exigem para sua plena legitimação que, depois de tomadas por um órgão executivo, sejam objecto de ratificação pela classe, a qual deve ser o mais alargada possível, podendo assumir várias formas: dia D de consulta, Assembleia Geral descentralizada, referendo à classe, etc. Quanto à realização de Assembleias Gerais de Sócios, sendo este formalmente o órgão máximo do sindicato, possui, neste momento, uma escassa representatividade e legitimidade.

Basta dizer que no SPGL, com cerca de 20.000 sócios com direito a voto e com 250 dirigentes, as AG de Sócios têm habitualmente 70 a 80 participantes – significativamente menos do que uma reunião de Direcção. Esta realidade é tão claramente sentida que as A.G. de Sócios são convoca-

das para salas com 100 ou pouco mais lugares.

Assim, continuar a dizer que a A.G. de Sócios é o órgão supremo de decisão, é não ver a realidade, ou melhor, é recusar-se a vê-la, por rigidez ideológica ou comodidade na garantia dos respectivos resultados, convenientemente normalizados e politicamente correctos.

Esses resultados de A. Gerais fantasmas são obtidos no total desconhecimento da classe e como resultado da relação de forças entre pequenos grupos de activistas – partidariamente organizados. Tal desconhecimento acontece mesmo que estejam profusamente distribuídos cartazes e outros materiais com a convocatória, porque a sua realização não é sentida, não é reconhecida como importante, porque se considera que ir lá é tempo perdido, que “simples trabalhadores” não têm qualquer possibilidade de participação face aos lóbis organizados. Se esta interpretação muito espalhada é frequentemente injusta e não corresponde à verdade dos factos, ela é sentida como verdadeira e caracteriza muito do posicionamento da generalidade da classe e tem de ser analisada e construídas alternativas de participação reconhecendo-o e

corrigindo-o

O processo da manifestação da chamada “Geração à Rasca” é característico desta situação – o alto nível de participação resultou, em grande parte, por se ter imposto a imagem de que era uma movimentação independente dos partidos e dos sindicatos e em que os participantes não estavam a ser manipulados. Doce ilusão... a sua alegada independência é rapidamente ultrapassada pela voracidade das diversas correntes organizadas, que – suprema ironia – oficialmente não existem, embora todos conheçamos os seus elementos e inclusive os seus dirigentes.

O único modo possível de evitar o risco de tal manipulação passa por reconhecer a sua possibilidade e adoptar regras e estruturas de funcionamento que regulem essa participação organizada, impedindo a distorção de representatividade e das posições de classe que as decisões, ao serem tomadas por pequenos grupos, quer de dirigentes, quer de militantes organizados, viabiliza.

Novas soluções para reforçar a prática e a imagem de legitimidade das organizações sindicais:

O SPGL tem tido, nos últimos anos, um comportamento fortemente inovador, nesta matéria, estendendo-se a influência do seu debate e das medidas concretas que adoptou à própria FENPROF, apesar das maiores resistências encontradas a esse nível. A progressiva adopção de novas soluções e de um modo mais aberto de viabilizar e incentivar a participação são, entre outras, exemplificadas pela acrescida possibilidade e relativa facilidade de apresentação de listas concorrentes aos actos eleitorais

do SPGL, resultante da desblindagem dos respectivos Estatutos; pela constituição de uma Plataforma Sindical integrando organizações sindicais com diferentes orientações, viabilizando, desse modo, uma mais forte acção reivindicativa e ainda pela realização de dias D de consulta e consequente mobilização dos professores.

O fortalecimento dos sindicatos, uma maior e mais alargada participação na vida sindical exigem ainda **outras soluções**, de que destaque como elementos para um debate necessário, entre outras:

- a regulamentação e adopção de formas referendárias de decisão;
- o estabelecimento de quórum para determinadas questões de fundo;
- a regulamentação de moldes de ratificação das decisões, propostas e acordos tomados na frente negocial;
- garantia de que as decisões de fundo sejam tomadas por aqueles a quem dizem respeito garantindo simultaneamente a necessária eficácia e rapidez de decisão;
- participação obrigatória de docentes do sector/frente de trabalho nas mesas negociais que vão tratar de temas específicos desse sector/frente de trabalho;
- o reconhecimento institucional da existência de várias sensibilidades intervindo na sociedade/sindicato, viabilizando a sua intervenção e evitando, e mesmo “castigando”, eventuais práticas de monopolização e manipulação dos interesses profissionais dos professores, bem como de trabalhadores doutros sectores;
- o reconhecimento do princípio da solidariedade entre trabalhadores e suas organizações, com a recusa da submissão a interesses e estratégias supra regionais e sectoriais estranhas à classe docente.

- adopção de orientações, designadamente no campo da acção reivindicativa, que se suportem na especificidade do próprio sector e recusa duma uniformização burocrática, ineficaz e desmobilizadora;

- o pleno exercício da liberdade de expressão nas estruturas sindicais tem de ser garantido, assegurando um acesso representativo aos órgãos de informação sindical e à apresentação e divulgação de propostas;

- o reconhecimento de novos direitos aos delegados sindicais.

Estas são algumas medidas que decerto reforçarão a legitimidade das decisões e orientações adoptadas. As repercussões ao nível da participação dos professores na defesa colectiva dos seus interesses e direitos e duma escola de qualidade decerto se farão sentir na implantação e na eficácia na condução da acção reivindicativa. ■

“A generalidade das pessoas empenha-se tanto mais, isto é, participa tanto mais, mobilizando-se e contribuindo para a mobilização dos outros, quanto mais está convencida de que a sua participação “vale a pena”, é tomada em consideração e que as correspondentes decisões são legitimadas pela forma democrática e participada com que foram adoptadas.”

Desafios Sindicais e Mecânica Quântica

• João Cunha Serra
Direcção do SPGL



Perante os desafios que a aplicação do memorando da *troika* coloca ao movimento sindical, existem dois caminhos diferentes pelos quais este pode enveredar: o da resistência ou o da concertação.

A propósito disto, ocorreu-me uma metáfora com origem na Mecânica Quântica, talvez por ter acabado recentemente de ler o livro de Stephen Hawking e Leonard Mlodinow “The Grand Design”, que brilhantemente se ocupa do tema das novas respostas a dar a perguntas fundamentais da vida e do universo [Bantam Press], já traduzido pela Gradiva. Neste livro, menciona-se uma experiência com uma partícula como um electrão, ou até bastante maior, que é disparada contra um alvo com duas fendas muito próximas uma da outra. Essa partícula estaria, assim, perante a alternativa de passar por uma ou por outra das fendas que lhe são colocadas à frente. Na interpretação da Mecânica Quântica, contra-intuitivamente, o electrão passa, simultaneamente, pelas duas fendas.

Mas, mais do que isso! Pode ler-se na citada obra: “Na experiência da dupla fenda, as ideias de

Feynman significam que as partículas seguem caminhos que passam por uma fenda apenas, ou só pela outra; caminhos de tecedura que passam pela primeira fenda, voltam atrás pela segunda e depois pela primeira outra vez; caminhos que visitam o restaurante que serve aquele caril de camarão e que depois circulam Júpiter umas tantas vezes antes de chegarem ao seu destino; mesmo caminhos que atravessam o universo e voltam.” [tradução minha] Há duas razões para que me tenha ocorrido esta metáfora:

A primeira, porque estou convencido de que o movimento sindical oscilará entre dois caminhos extremos, ora mais próximo de um (o da resistência), ora mais próximo do outro (o da concertação) e, certamente também, percorrendo simultaneamente os dois.

A segunda, porque, à semelhança do trajecto da partícula que, no dizer de Hawking, vai ao restaurante e depois a Júpiter, antes de atingir o alvo, também o movimento sindical deverá ser suficientemente aberto e inventivo, para descobrir os novos caminhos que a nova situação venha a exigir.

À partida, nada de bom promete um caminho de pura resistência, que apenas vise capitalizar des-

contentamentos e desencadear lutas de intensidade crescente, sob o lema implícito do “quanto pior melhor”. Também será, com a mesma probabilidade, ineficaz o caminho da simples concertação, que apenas aposte na negociação e afirme pretender “o mal menor”.

O critério supremo da acção sindical deverá ser o da defesa e da promoção da melhor qualidade de vida e de protecção social para os trabalhadores, em particular no que se refere ao emprego, sobretudo para os mais jovens.

Como tem sido regra na acção do SPGL e da FENPROF (admitindo, no entanto, que possa ter havido algumas excepções, pois não temos a presunção de ser perfeitos), será através da combinação judiciosa da luta com a apresentação de propostas e a negociação, da resistência com a concertação, que se poderão atingir os melhores resultados. Embora a Mecânica Quântica os possa prever, são, evidentemente, de excluir os caminhos do conformismo e os da complacência para com o desmantelamento do Estado Social, ou a sua redução a serviços públicos, de fraca qualidade, para os mais desfavorecidos. ■



A segurança social em RISCO

Joaquim Jorge Veiguinha

Segundo o relatório do Banco de Portugal (BdP) de 2010, o crescimento médio das despesas em pensões no subsistema Segurança Social passou de 8,6% em 2000-2006 para 5,2% em 2007-2010, enquanto nos mesmos períodos este passou de 9,5% para 6,2% no subsistema da Caixa Geral de Aposentações. Paralelamente, a taxa de substituição líquida, que representa o rácio entre a pensão inicial e os rendimentos auferidos durante a vida activa, de acordo com as regras de 2008, tinha caído de 112,4% para 65,5%, o que atribuía a Portugal a sexta posição dos países da área euro para os quais existem dados disponíveis, situando-se apenas acima da Estónia, França, Finlândia, Alemanha e Irlanda. Isto significa que um trabalhador que entrasse no mercado de trabalho em 2008 registaria um corte de mais de um terço na sua pensão, tendo em conta que a nova fórmula de cálculo

integra toda a sua carreira contributiva. Esta redução é ainda mais significativa se a compararmos com os 112,4% do regime anterior a 2008 considerado “insustentável” pela OCDE. Tendo em conta estes resultados, a instituição chefiada por Carlos Costa ‘sugere’ que os trabalhadores devem ‘complementar’ os seus descontos para os dois sistemas públicos de aposentação com “formas alternativas de poupança”, isto é, por outras palavras, apostarem na subscrição de seguros privados de pensão ou de contas de poupança-reforma.

Os dados divulgados pelo BdP demonstram que, futuramente, os trabalhadores portugueses tanto do sector privado como do sector público terão reformas muito mais baixas. Isto significa que quem continua, contra todas as evidências, a clamar contra a ‘insustentabilidade’ do actual sistema não tem nenhuma legitimidade política, tanto mais que um estudo recente da OCDE chegou à

conclusão que as empresas nacionais são as menos penalizadas com a taxa social única (TSU). De facto, os 23,75% pagos pelas entidades patronais estão abaixo da média da área euro (24,17%), sendo inferior a países como a Espanha e a Grécia, em que é de 29,90% e 28,08%, respectivamente, já para não falar da França e da Itália, em que a TSU atinge 39,83% e 32,08%, respectivamente. O mesmo relatório considera que, após as deduções tributárias e as transferências, os trabalhadores portugueses têm um dos mais baixos rendimentos disponíveis da União Europeia (Fonte: *DN*, 12.05.11).

O acordo com a ‘troika’

Segundo o acordo assinado entre a *troika* e o anterior Governo, a TSU deverá sofrer uma redução substancial situada entre 3% e 4% do PIB, o que equivale, em termos reais, a um corte de 13% a 17%. Apesar da discordância do Governo demissionário relativamente a esta



medida – José Sócrates considerava que um corte de 1% já era muito elevado, pois equivaleria a uma quebra de 400 milhões de euros de contribuições para o sistema, enquanto uma redução de 4%, proposta pelo PSD, seria quatro vezes maior –, se o acordo entrar literalmente em vigor as receitas da Segurança Social não apenas registarão uma redução brutal situada entre 5,2 mil a 6,2 mil milhões de euros, mas Portugal entrará no grupo dos países da OCDE em que a TSU é significativamente inferior à média de 19,2%, podendo mesmo situar-se no pelotão de nações com taxas inferiores a 10%, de que se destacam a Coreia do Sul, os Estados Unidos, a Austrália, a Suíça ou Israel, que, de um modo geral, são países mais desenvolvidos do que Portugal e em que, por conseguinte, as entidades patronais descontam mais em termos absolutos. Tendo em conta que a *troika* considera a substancial redução da TSU como uma *structural benchmark*, isto é, uma reforma estrutural fundamental, não se sabe como se poderá compensar a quebra brutal das receitas. Mesmo com aumentos significativos do IVA, como é defendido por alguns, não é possível manter a sustentabilidade do sistema de segurança social pública. Para além de ser iníquo isentar as entidades patronais de mais de metade da TSU que pagavam, já para não falar dos elevados níveis de evasão contributiva em Portugal, a medida acabará por sustentar de forma cega a fracção mais significativa das contribuições para a Segurança Social se for financiada por aumentos do IVA, imposto que recai sobre a generalidade dos cidadãos independentemente do seu rendimento. Na sequência desta iniquidade, as principais beneficiárias da redução da TSU serão as grandes empresas, como facilmente se compreende. Segundo um estudo realizado pelo jornalista João Ramos de Almeida, se a TSU tiver uma redução de 4%, as 900 maiores empresas registarão uma ‘poupança’ média de cerca de 590.000 euros, enquanto as com menos de 10 trabalhadores, que constituem dois terços do total nacional, terão um benefício de menos de 1000 euros

e as com 10 a 49 trabalhadores cerca de 9500 euros (*Público*, 12.05.11). Estes valores revelam também, como referiu Carlos Pereira da Silva, professor do Instituto Superior de Economia e Gestão, que a descida da TSU tem um ‘efeito simbólico’ e não criará emprego (*Público*, 30.05.11). De facto, as possíveis medidas substitutivas – aumento do IVA ou redução da despesa – terão como consequência inevitável uma quebra da procura que não será compensada pela exiguidade das ‘poupanças’ geradas pela redução da TSU, pois a maior parte das empresas portuguesas são pequenas e médias.

Privatização parcial no horizonte?

Uma medida deste tipo tem, na realidade, um ‘efeito simbólico’, que não será provavelmente a que o professor Carlos Pereira da Silva tem em mente. Este efeito consiste em legitimar, a curto e médio prazo, a privatização parcial do sistema público de pensões seja através da introdução de *plafonds* contributivos, como já foi admitido pelo PSD, seja através da opção por um sistema de contas individuais de poupança-reforma, projecto peregrino avançado pela Administração de George W. Bush, que acabou por ser abandonado, mas que colhe adeptos no seio do PSD, com a agravante de que no modelo abortado de Bush ‘Junior’ a aplicação das poupanças nestas contas era optativa, enquanto entre os seus homólogos portugueses do partido laranja seria obrigatória. No entanto, em ambos os casos a questão do financiamento e da sustentabilidade do sistema público de pensões seria posta em causa. Foi precisamente por isto que o sistema de contas individuais optativas não avançou nos Estados Unidos da América, encontrando enormes resistências até no próprio eleitorado do Partido Republicano.

A redução da TSU integra-se também na expansão de uma ideologia que tem como pedra de toque a chamada redução dos custos do trabalho e que é coroada por

um ataque sem precedentes ao princípio da coesão social. No que respeita ao primeiro ponto, a parte dos salários no valor acrescentado baixou em Portugal entre 1999 e 2008, o que significa que os aumentos de produtividade foram desigualmente repartidos (Ver: *Alternatives Économiques*, Paris, Maio 2011, pp.12-14). Significa também que qualquer tentativa para aumentar os cortes salariais na função pública em nome de um pretensão ‘estado de urgência nacional’ ou de estendê-los ao sector privado, como já defende a CIP, representa uma verdadeira ‘declaração de guerra’ aos trabalhadores e aos sindicatos que tem de ser combatida com todos os meios legais e institucionais democráticos. Relativamente ao segundo ponto, deve recordar-se o artigo do memorando do entendimento em que “os despedimentos individuais ligados à extinção dos postos de trabalho não devem seguir necessariamente uma ordem pré-definida de antiguidade se funções idênticas são atribuídas a mais de um trabalhador (art. 368º do Código de Trabalho)”. Ou seja: um trabalhador com mais tempo de serviço pode ser despedido no caso de extinção de um posto de trabalho quando, anteriormente, se encontrava protegido. A insensibilidade social desta norma é flagrante, não só porque será extremamente difícil que, por exemplo, um trabalhador com 50 ou mais anos de idade encontre um novo trabalho, mas também porque, no caso de se ver obrigado a solicitar uma reforma antecipada, será atingido não apenas pela redução da pensão de aposentação em consequência do peso no total da nova forma de cálculo mais desfavorável, mas também pela respectiva dupla penalização em termos de idade para conseguir a pensão máxima e em termos de tempo de descontos, que abrange actualmente 40 anos de carreira contributiva. Tempos negros se avizinham. Só que as trevas não podem durar eternamente. ■

Escola EB 1 da Madalena

Trabalhar para a autonomia, encontrar o nosso caminho

A Escola EB 1 da Madalena é uma escola muito peculiar, instalada bem no centro de Lisboa, numa zona caracterizada pela expressiva presença de imigrantes de múltiplas nacionalidades. Aqui se desenvolve um sistemático e criativo trabalho – marcadamente intercultural – com crianças de 14 nacionalidades (algumas sem saber uma palavra de português).

Sobre este trabalho e o quadro em que se desenvolve – os desafios e problemas, as alegrias e angústias partilhadas, a cooperação entre todos – fomos falar com as professoras desta escola muito especial. Em torno de uma mesa em que se foi compartilhando um lanchinho de pausa. Com Vanda Esteves, do 1º ano, Elisabete Fernandes, do 2º ano, Elda Nascimento, do 3º ano, Joaquina Carvalho, do 4º ano. A que se juntaram ainda Fernanda Santos, coordenadora de departamento, e Carla Carvalho, professora do apoio educativo.

Ligia Calapez
Jornalista



Adaptação é palavra-chave

El – Esta escola é intercultural na sua própria prática. Não se trata de um programa ou de um projecto específico, é a própria prática. Como é que fazem?

Elisabete Fernandes – Foi a primeira vez que contactei com realidades tão diferentes. E tive de me adaptar aos meus alunos. Falar de várias maneiras da mesma coisa. Usar cartazes – que são trabalhados em sala – para eles vi-

sualizarem. E tudo é escrito em papel de cenário.

Por exemplo, temos listas de sinónimos e antónimos. No Estudo do Meio, sempre que damos algum tema e um conteúdo a trabalhar, fazemos um cartaz. Eles precisam muito de contactar directamente com as palavras, com os desenhos, para perceber o que é que estamos a trabalhar. Porque muitas vezes não conhecem a palavra.

Outro recurso é trabalhar, numa primeira fase, em U. Para poder chegar

a todos e haver aquele sentimento de grupo, para se conhecerem.

Depois passar para o formato de grupos. Com o cuidado de, em cada grupo, equilibrar estrangeiros com portugueses, meninos com meninas. Equilibrar, não só em termos de género como em termos de língua.

E porquê? Por um lado os alunos são assim obrigados a comunicar uns com os outros e têm de usar a língua comum, que neste caso é o português, e, por outro, permite promover também



Elisabete Fernandes



Vanda Esteves



Elda Nascimento

uma aproximação em termos de género – o que, nalgumas culturas, também é um problema.

Vanda Esteves – O primeiro desafio com que um professor aqui se depara é o da comunicação. Começando, muito simplesmente, pelos nomes das crianças. Dizer o nome da criança que nos aparece escrito à frente é, muitas vezes, bem diferente de a ouvir dizer o próprio nome! Neste desafio de dizer o nome, temos mesmo de pedir aos miúdos: *Olha, tem paciência, eu aprendo, ajuda-me.* Se houver este tipo de à-vontade, se logo de princípio demonstrarmos este tipo de abertura, vai ser mais fácil também para a criança dizer: *Eu não percebo ou eu não sei o que é isto, ajuda-me.* Porque todos têm direito a não saber e igual direito a aprender. Outro desafio é a barreira da língua. É preciso gesticular, ilustrar. São complementos para que eles possam concretizar e não só adquirir uma língua. Para que a própria aprendizagem tenha sentido. Se não, não é aprendizagem.

Elda Nascimento – Eu recebi-os já com uma certa preparação. Sabiam escrever. Não sabiam decifrar aquilo que escreviam. Mas tinham algum treino. O meu trabalho foi ao nível do vocabulário. Ao nível da compreensão daquilo que se diz. E isto, em termos de uma aula prática, faz-nos estar constantemente a pensar naquilo que se está a dizer. Torna-nos mais criativos. Esta constante consciencialização da-

quilo que se está a dizer, leva-nos a adquirir um vocabulário muito mais rico. E para nós mesmos, como seres humanos, faz-nos pensar que realmente, na nossa vida, muitas vezes nós não chegamos à pessoa que nos está a ouvir. Por isso eu penso que todo este trabalho com os meninos nos dá uma visão muito mais ampla daquilo que é a aprendizagem e confere à própria aprendizagem muito mais sentido.

Joaquina Carvalho – A primeira dificuldade que me surgiu foi também com os nomes. Não foi fácil memorizar os nomes dos alunos. Há miúdos indianos, outros do Bangladesh, e os nomes são um bocadinho difíceis de serem pronunciados. Quer dizer: tive que aprender com eles. Mas penso que isto é algo muito bom. Eu vou aprendendo com eles, eles vão aprendendo comigo. E tenho tido apoio da parte de alguns pais. Há uma coisa que eu quero dizer aqui: consigo ter mais aproveitamento e sinto-me feliz trabalhando com os miúdos estrangeiros porque vejo neles muito interesse. E isso motiva-me muito. Vejo a forma como esses miúdos se esforçam, enquanto, por vezes, os portugueses retrocedem.

A diferença é tanta, que não se olha para a diferença como uma diferença

Há aqui na escola várias culturas diferentes. Como é que se potencia essa

riqueza, a interação, como é que se favorece o conhecimento mútuo das culturas?

Elisabete Fernandes – As festas são uma oportunidade. Aproveitamos sempre para eles trazerem os seus trajes, as suas comidas, para partilharem com os colegas. Fizemos assim no Natal. Cada um trouxe a sua parte para um lanche-convívio – com comidas típicas de cada país. Vieram mesmo com os trajes a rigor.

Também nas aulas, sempre que surge algum tema em que se fale de culturas, eles próprios dizem: *No meu país fazia assim, no meu país existe isto.*

Vanda Esteves – Outro aspecto, que me parece interessante, é estarmos a tratar determinado assunto, na sala de aula, e o aluno dizer: *Professora, na minha língua é assim.* E outro colega pergunta: *Então e na tua como é?* E isso promove a aceitação. O que eu constato é que nesta escola os alunos são geralmente muito mais unidos que noutras escolas. E daí advém uma mais-valia desta diversidade. São mais tolerantes. E não criticam se alguém tem os sapatos daquela cor ou daquela marca ou aquele tipo de penteado. Não. A criança é assim. É diferente nisto ou é diferente naquilo. Mas a diferença é tanta, a mistura de cores, a forma de estar, o tipo de brincadeiras, que não olham para a diferença como uma diferença. É uma qualidade da pessoa. E isto, temos nós a aprender com eles.



Penso que esta é uma das grandes riquezas do ambiente que se vive e sente nesta escola.

Elda Nascimento – Um dos conteúdos do Estudo do Meio é falar sobre o país, sobre Portugal. E eu decidi começar doutra forma. Começámos por falar sobre o país deles. Eles trouxeram as roupas dos pais, trouxeram receitas escritas, que as mães escreveram na sua própria língua (depois traduziu-se – mas foi para se ver, a nível de escrita, como é que era). Fizemos um grande painel com todos os trabalhos. E foi bom ver o orgulho deles, a apresentar “o meu país”.

Noutras escolas, os miúdos reparam nas marcas do que cada um usa. Aqui não. E eles sentem orgulho em trazerem as roupas todas coloridas, ou os penteados característicos. Têm a sua identidade própria e não a perdem. Porque também a incentivamos.

Carla Carvalho – A população que temos aqui na escola é a população do bairro. Os alunos portugueses e estrangeiros são vizinhos. E muitos deles até recomendam a escola. E porquê?

Dou um exemplo. Normalmente a comunidade muçulmana – e aqui há muçulmanos de várias origens nacionais – é uma comunidade muito fechada. No início eram os pais que vinham, não as mães. Havia uma certa barreira.

A partir do momento em que começaram a encarar a escola como um parceiro e não como uma entidade estranha ou que pretendia impor, de certa forma, uma só cultura ou uma só ideologia, tudo se tornou muito mais fácil. Pas-

saram as mães a vir à escola. Mesmo as que não falam português. E esta comunidade começou a ganhar alguma confiança nos profissionais que aqui trabalham.

Porque, para além de sentirem que os filhos estavam bem entregues, perceberam também que estavam aqui profissionais e pessoas que também se preocupavam com os seus problemas, com a sua forma de estar.

Na minha opinião, isso é que fez realmente a diferença. Esta ligação que se conseguiu aqui, esta simbiose que se construiu, foi muito positiva.

Joaquina Carvalho – Há crianças que chegam à escola sem saber uma palavra de português. Eu, em Novembro, recebi um menino que veio da China, já bastante crescido, fez agora 13 anos, e até mesmo neste preciso momento ele percebe pouco. Agora tem estado a ser ajudado com um dicionário.

Mas eles também se ajudam, entre si. E é assim que se tem conseguido resolver os problemas dos que não falam português.

É muito bonito vê-los unidos. E quando há os conflitos entre eles – na sala nós fazemos reuniões de conselho de turma – é muito bom vê-los a debaterem os seus próprios problemas. Porque há momentos em que ele se acusam e querem dar o castigo ao outro. E então propomos: *Vamos inverter o papel – e se fosse contigo?...*

Falamos todos, juntos, do que aconteceu durante a semana. E, assim, estamos sempre a aprender.

Trabalhar para a autonomia

Esta prática de assembleias de turma é comum na escola?

Elda Nascimento – Eu também trabalho assim, com a minha turma. Todas as 6^{as} feiras. Aliás, é uma das práticas promovidas no Movimento Escola Moderna – no sentido do pensar, do consciencializar-se daquilo que se faz. Curiosamente sempre foi uma das formas de trabalhar nesta escola.

Não consigo implementar o MEM a cem por cento aqui na escola. O Movimento Escola Moderna trabalha para a autonomia e estas crianças precisam

de um acompanhamento ajustado, sempre.

O que preconiza a assembleia de turma é não falarmos das coisas enquanto estamos com a cabeça quente e revoltados. Então, à sexta-feira, há um momento em que podemos calmamente reflectir. E nesse momento os alunos têm consciência daquilo que fizeram. Tiveram algum tempo para pensar e já conseguem falar sobre isso. Porque é que fizeram, porque é que aconteceu. *Será que eu conseguia ter pensado antes de fazer, conseguia ter-me controlado?* É isso que leva a essa consciencialização. E, ao fim de algum tempo, eles conseguem realmente pensar no que fazem e controlar-se. Tive alunos muito rebeldes que melhoraram de facto com esta consciencialização. *Eu não devia ter feito, eu podia ter evitado, eu sou mais inteligente do que isto...* E controlam.

Os alunos resumem o que se passa nestas assembleias. Temos um presidente (que, tal como o secretário, é rotativo), que ouve aquilo que os meninos pensam, e daí chegamos a uma conclusão: o que é que deve ser feito para se melhorar. Chamamos a isto a acta da reunião. E depois afixamo-la no nosso cartaz de actas. Os próprios que apresentaram a questão e os envolvidos assinam a regra estabelecida.

É como se fosse “a nossa Constituição”.

Carla Carvalho – Todas nós temos algum contacto, mais directo ou menos directo, com o Movimento da Escola Moderna. Penso que também foi por aí que conseguimos convergir em termos de prática pedagógica.

Eu também senti, o ano passado, que não conseguia aplicar plenamente os princípios do MEM. Tivemos que encontrar o nosso caminho. Ou seja – tivemos que nos adaptar a uma nova realidade. No fundo, pensando bem, fazemos exactamente a mesma coisa. Os miúdos não fazem sozinhos, não procuram sozinhos, numa primeira fase não. Mas, com o andar do tempo, já o fazem. Há pequenos progressos, que parecem mínimos, mas que são muito significativos.

O ano passado, tinha a turma do 1^o ano, recebi seis meninos, vindos do país de



Joaquina Carvalho



Fernanda Santos



Carla Cavalho

origem, sem falar uma palavra de português. Tinham chegado entre Julho e Setembro a Lisboa. E iniciaram o seu percurso escolar em Setembro sem falar uma única palavra de português. E ainda com a agravante de três deles nunca terem tido qualquer contacto com uma escola, nem jardim-de-infância. Portanto, foi o processo de socialização associado ao processo de língua. Não foi fácil. Mas foi um desafio muito interessante. Nos primeiros dias pensei – *Não vou conseguir pôr esta gente nem a ler nem a escrever nem a falar...* Mas o caminho faz-se caminhando. Recorri muito ao associar do som à palavra, o fonema ao grafema. E assim as palavras ganhavam mesmo sentido. Tocávamos nas palavras. Por exemplo, quando eu dizia cabeça, apalpávamos a cabeça, se eu dizia janela, pegava neles e íamos à janela, apalpávamos a janela, apalpávamos o vidro, o mesmo com a meia, o sapato... Isto provocava risadas... E sem nos apercebermos, nós, de forma lúdica e até divertida, íamos avançando. A verdade é que, em meados de Dezembro, final do 1º período, eles já estavam a falar algumas coisas de português e já nos percebíamos. Um processo que depois prosseguiu em simultâneo com o processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Trabalho cooperativo

Fernanda Santos – Entrei para a escola vai fazer 18 anos agora no final do ano. E a experiência tem sido ótima.

Gosto da escola. Gosto das colegas que cá estão.

Em termos de alunos, o que se nota é o aumento crescente de alunos estrangeiros. Até porque muitos estrangeiros instalam-se aqui na Mouraria - uma zona onde se concentram um maior número de estrangeiros e uma grande variedade de nacionalidades. Há actualmente um número crescente de alunos que chegam à escola sem saber falar português. Aprendem na escola. Os meninos que não têm o português como língua materna, têm direito a apoio. Mas não chega para todos. É impossível. Isto, para mim, é tapar o sol com a peneira.

A nível de professores, o que é que eu noto? São todos muito mais novos!... O que é bom. Aprende-se. Estamos aqui todos para aprender. Eu posso ensinar algumas coisas, da minha experiência, e elas trazem coisas novas, das suas experiências também.

Quando os desafios são enormes, as equipas também se unem. E procuram estratégias comuns. Trabalham todos na mesma linha, para atingir o mesmo objectivo. E o trabalho cooperativo resulta.

Vanda Esteves – Especialmente aqui, só funciona o trabalho cooperativo. Quando cheguei, pensei: *Voltei outra vez ao estágio... como é que é ser professora?!*

Eu aqui não posso ter um método. Não há manuais que nos valham, não há um método que me responda, há se calhar

um conjunto de estratégias que vou buscar àquela metodologia, recursos que vou buscar a outra metodologia de trabalho e que vou apropriando com esta realidade.

Com estas crianças é necessário manipular, é necessário experimentar, concretizar, dinamizar, fazer gestos, conversar, criar vocabulário.

É todo um trabalho, e toda uma consciência como pessoa, que muda. A minha vida mudou com isto. Mudou para melhor. Porque eu acho que sou uma pessoa mais rica hoje.

E não há uma resposta. Não é um movimento, não é um método de trabalho. E nós, que nos consideramos profissionais minimamente conscientes, vamos buscar aqui e ali: *Olha, colega, como é que se faz quando um aluno não percebe nada do que tu estás a dizer? Apetece-me chorar!* E ela diz: *Experimenta dizer assim.* Então, nós vamos experimentando. A verdade é que acabamos por encontrar um caminho. E um caminho aqui nunca é sozinho. É um caminho que passa por outras turmas. Até porque os miúdos criam muitas parcerias.

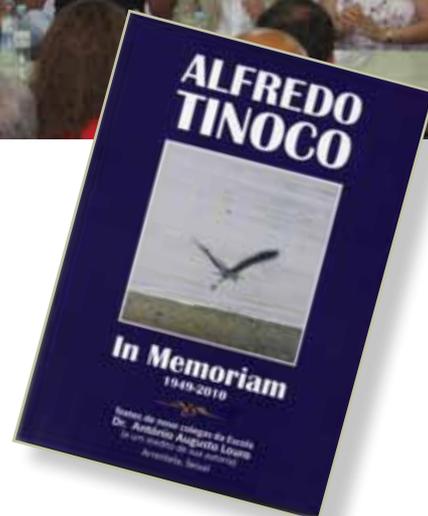
Tudo isto reforça uma atitude cooperativa. Esta escola é extraordinária em termos de ambiente, de cooperação. Se se quer trabalhar em equipa, se se quer construir uma carreira assente no trabalho de cooperação e trabalho de grupo e promovendo autonomia e desenvolvimento pessoal e dos alunos – é aqui. ■

Homenagem a Alfredo Tinoco

Celebração de uma vida cheia



“Quem faz a diferença, deixa marca, obra e saudades”. Isso mesmo foi afirmado na homenagem simbólica ao professor Alfredo Tinoco, prestada pela escola Dr. António Augusto Louro, do Seixal, dia 24 de Junho. Em que se procedeu ao lançamento do livro “Alfredo Tinoco, In Memoriam (1949-2010)”



Ligia Calapez
Jornalista

A homenagem foi o último dos 30 momentos com que se comemoraram os 30 anos da escola, e envolveu também a homenagem a outra professora, Graça Falé, num ambiente de grande emoção e mesmo algumas lágrimas. Alfredo Tinoco foi apresentado, no acto simbólico, como um investigador e amigo leal, um professor inesquecível, uma pessoa que questionava e desafiava tabus. E que se envolveu e promoveu vários projectos. Antes do mais, “descobrimo” o patrono da escola – António Augusto Louro –, em ligação com um trabalho de investigação a nível local e que deu também lugar

à criação de um Núcleo Museológico. Mas igualmente com o primeiro projecto educativo da escola, sob o lema “eu construo a minha identidade”, iniciativas como a “Quinzena da Cultura Africana”, ou a criação do jornal escolar.

Mas a grande marca que deixa é ele próprio, enquanto pessoa. “Ele passeia de mansinho dentro do coração de cada um de nós”, nas palavras do professor Joaquim Sarmento.

In Memoriam

O livro lançado neste acto simbólico reúne textos de nove colegas da escola. Histórias e memórias partilhadas. E ainda um inédito do próprio Alfredo Tinoco, sobre “A educação de adultos, factor de inserção”, onde relata a sua experiência com jovens (enviados pelo

Tribunal de Menores) no Colégio da Bela Vista.

Deste texto inédito destacamos uma pequena mas significativa frase: “não há inserção eficaz sem cultura, neste sentido em que a Cultura é um instrumento para se posicionar criticamente perante a sociedade, compreendê-la e ajudar a transformá-la”.

Na contra-capta do livrinho, uma imagem e uma frase – “celebração de uma vida cheia”. Que diz tudo. ■

Sindicatos da FENPROF tiveram eleições



No pleno respeito pelas exigências democráticas consignadas na legislação, e pelos seus respectivos estatutos, o SPRC, o SPN e o SPRA realizaram recentemente as eleições para os seus corpos gerentes. No SPRC apresentou-se a sufrágio uma única lista mantendo como coordenador o actual



secretário geral da FENPROF Mário Nogueira e como vice-coordenadora Anabela Sotaia.

Às eleições no SPN apresentaram-se duas listas, como já acontecera nas eleições anteriores. A lista apoiada pela direcção



cessante venceu para os órgãos centrais do sindicato, tendo reforçado a sua votação relativamente à eleição anterior. A lista opositora venceu na área sindical de Aveiro, tendo a lista apoiada

pela direcção vencido em todas as outras áreas sindicais. Abel Macedo abandonou o cargo de coordenador que vinha desempenhando, sendo substituído nessas funções por Manuela Mendonça. Também no SPRA decorreram as eleições. Apresentou-se uma única lista que mantém como presi-



dente António Lucas.

No quadro da unidade dos sindicatos que constituem a FENPROF, o SPGL fez-se representar no acto de tomada de posse dos dirigentes do SPRC e do SPN e enviou mensagem de felicitações à direcção eleita no SPRA.

Estes actos eleitorais reafirmam os sindicatos como espaços de vivência democrática, apelando à participação activa dos seus sócios. A renovação dos quadros dirigentes verificada nestes actos eleitorais garante a vitalidade e o futuro do movimento sindical docente corporizado na FENPROF. ■

CONFERÊNCIA NACIONAL

Ensino Superior e Investigação



FENPROF

4 E 5 NOVEMBRO
2011 . LISBOA

A Conferência Nacional, agendada para os dias 1 e 2 de Julho, foi, como é do conhecimento geral, adiada. A queda do Governo, as eleições e o desconhecimento do programa do Governo e das suas opções para as matérias em análise, motivaram-no. O Secretariado Nacional da FENPROF de 17 de Junho discutiu uma proposta de data, tendo decidido que a importante iniciativa ocorra em 4 e 5 de Novembro.

Financiamento, Fundações, Avaliação do Desempenho, Carreiras, Concursos e Estabilidade, Progressão e Valorização profissional, bem como as questões da Organização Sindical nos locais de trabalho e de Coordenação da Acção, estarão em debate na Conferência. Os docentes de todo o país poderão fazer-se ouvir apresentando propostas sobre os temas. Consulta o Regulamento da Conferência Nacional em www.fenprof.pt/superior

O Secretariado Nacional

FENPROF chega a acordo com a AEEP

Contrato Colectivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo

A FENPROF chegou a acordo com a AEEP sobre a revisão do contrato colectivo de trabalho do Ensino Particular e Cooperativo para o ano 2011.

É importante lembrar que este processo negocial começou com a apresentação de propostas muito gravosas por parte da AEEP, nomeadamente o aumento da duração da carreira para 40 anos e a introdução de dois constrangimentos de modo a impedir que a maioria dos docentes chegasse ao topo da carreira.

Assim, perante um contexto social e económico extremamente complexo, só foi possível chegar a este Acordo pela pressão e acção constante da FENPROF que nunca desistiu da defesa dos direitos e interesses dos docentes do Ensino particular e Cooperativo.

A FENPROF e a AEEP chegaram ao seguinte acordo:

A - Reestruturação da Carreira Docente

A nova carreira entra em vigor em 1 de Setembro de 2011 e aplica-se a todos os docentes das categorias A, B, D e E; A carreira tem um período transitório a decorrer entre 2011 e 2013, até perfazer 34 anos para atingir o topo; São anulados, com efeitos a 1 de Setembro de 2011, os níveis de ingresso (11, 10 e 9) sendo substituídos por um único nível (9) a que corresponde o valor de 1.104,00€;

A eliminação dos níveis de entrada e a sua substituição de acordo com o ponto anterior, traduz-se no reposicionamento dos docentes que se encontram nos escalões eliminados, em 1 de Setembro de 2011, no nível que passa a ser o de ingresso, sendo-lhes devida a nova retribuição, salvo quando já auferiam retribuição mais elevada, caso em que esta não poderá ser reduzida;

A carreira tem um condicionamento, na passagem do nível 3 para o nível 2

das categorias A, B, D e E, com uma percentagem de 20% calculada sobre a totalidade dos docentes em cada uma das categorias em causa;

Os docentes que estejam posicionados no nível 3, no ano lectivo 2010/2011, não são abrangidos pelo condicionamento anteriormente referido;

No período transitório de 1 de Setembro de 2011 a 1 de Setembro de 2013, têm direito à progressão ao nível seguinte pela estrutura actualmente em vigor, os docentes que perfaçam 7 anos sem registo de progressão na carreira.

B – Horários de Trabalho

Eliminação da designada terceira coluna, que se referia a tempos lectivos para outras actividades não lectivas (tabela referente ao nº 6 do artigo 14º);

C – Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho realiza-se no final de cada nível salarial e reporta-

se ao tempo de serviço nele prestado; A avaliação de desempenho é da responsabilidade da Direcção pedagógica; O desenvolvimento do processo de avaliação e a classificação final são da responsabilidade de uma comissão de avaliação constituída por três elementos;

Integram a comissão de avaliação o Director Pedagógico ou pessoa em quem este delegou a competência, o Coordenador da área disciplinar da avaliação ou, no caso de docentes do 1º ciclo ou pré-escolar o Coordenador de ciclo e um docente indicado pelo Conselho Pedagógico ou equivalente ou, na sua falta, pelo conjunto dos docentes; Entrega pelo docente da sua auto-avaliação à Direcção Pedagógica, nos primeiros trinta dias do 3º período lectivo do ano em que complete o tempo de permanência no nível de vencimento; Assistência, pela Comissão de Avaliação, a aulas ou outras actividades lectivas orientadas pelo docente, num número máximo equivalente a duas observações por ano lectivo da duração de cada nível;

O período em avaliação que tenha sido avaliado como Bom releva para progressão na carreira;

No nível de ingresso na carreira, releva para progressão na carreira o tempo de serviço cujo desempenho seja avaliado no mínimo como suficiente.

Logo que o texto, agora acordado, seja publicado em Boletim de Trabalho e Emprego, faremos uma edição da FENPROF que será enviada a todos os sócios dos respectivos sindicatos.

Para mais esclarecimentos deverão contactar o departamento do Ensino Particular, Cooperativo e IPSS's do SPGL.■

Docentes da Casa Pia exigiram negociação das ofertas formativa e educativa



O SPGL saúda os professores que se uniram em protesto, frente aos Serviços Centrais da Casa Pia, no dia 22 de Junho. Os professores tiveram razão em protestar contra aquilo que consideram ser medidas que colocam em causa o futuro da Casa Pia como instituição de qualidade na resposta formativa e Educativa, que, até aqui, a mesma tem conseguido dar e salvaguardar.

Os professores protestaram, não contra ninguém, ou contra a Direcção da Casa Pia, mas pela negociação contra uma atitude de imposição relativamente às propostas apresentadas pelo SPGL, na reunião negocial de 8 de Junho, propostas feitas com vista a ultrapassar os problemas, a respeito de questões muito importantes para os professores, como sendo:

1º- Diminuição da Oferta Formativa, pelo encerramento de cursos e diminuição de acções que estão para ocorrer, sobretudo no CED Pina Manique, ainda que se tratem de cursos viáveis para

serem implementados;

2º- Diminuição da Oferta Educativa, pela não aplicação de medidas já decididas no âmbito do GIP (Grupo de Intervenção de Processos) traduzida num aumento de alunos por turma e numa redução de horários docentes;

3º- Diminuição de créditos horários que põem em causa o desempenho de funções pedagógicas como sendo as funções de Coordenadores de CEF e a não atribuição de tempos para os professores e educadores dos sectores do pré-escolar e do 1º ciclo;

4º- Perspectiva de desemprego para muitos professores, ao não lhes serem renovados os contratos (muitos desses professores, com 10 e mais anos de serviço na instituição);

5º- Professores integrados na carreira, sem horário no CED em que leccionam e que entrarão em mobilidade.

Recebidos pela Sra. Presidente da Casa Pia, os dirigentes Óscar Soares e Isilda Andrade e o delegado Pedro Costa entregaram um documento de protesto, tendo-se iniciado uma reunião que se prolongou até cerca das 15h30. Na

reunião, a Direcção da CPL mostrou-se inflexível no que respeita à reformulação da oferta educativa, propôs aos representantes dos professores a negociação de outras questões com o SPGL, excepto a da Oferta Formativa. Ficaram as duas partes envolvidas de remeter reciprocamente propostas de agenda para uma próxima reunião, ao que o SPGL já procedeu.

O SPGL lamenta a posição de inflexibilidade por parte da Casa Pia, já que tal posição só trará prejuízos ao funcionamento da instituição e ao relacionamento da sua Direcção com os professores e o seu sindicato representativo. A Direcção do SPGL só admite não incluir tal ponto na ordem de trabalhos para evitar o bloqueio na negociação de importantes matérias como o são o aviso de abertura de concurso e os critérios de mobilidade, não prejudicando desse modo os interesses dos professores mais do que eles já são prejudicados pela referida posição intransigente, tendo como justificação restrições orçamentais e de recursos humanos e/ou outras. ■

Helena Pato

JÁ UMA ESTRELA SE LEVANTA

António Avelãs
Presidente do SPGL

Esta recentíssima obra de Helena Pato – a sessão de lançamento e apresentação foi no passado dia 27 de Junho – proporciona-nos uma visão quase cinematográfica sobre o que foi o viver a luta e a resistência contra a ditadura fascista de Salazar e Caetano e o sobressalto épico dos primeiros dias da revolução de Abril. Não se trata de um estudo de história – se bem que possa ajudar os historiadores – porque é uma vida: com todas as emoções, sofrimentos e alegrias, sucessos e momentos menos felizes...

Escrito “*com uma sensibilidade à flor da pele*”, como refere Irene Pimentel no Prefácio, “JÁ UMA ESTRELA SE LEVANTA” – versos do chamado “Hino de Caxias” com que os presos políticos se encorajavam mutuamente – constrói-se com pequenas histórias que cronologicamente nos põem em contacto com a vivência quotidiana numa sociedade cujo absurdo repressivo se espelha tanto nos pormenores do dia a dia, como a proibição que a então (1956) reitora do Filipa de Lencastre impôs à adolescente Helena Pato, impedindo-a de cantar na festa para que se tinha amorosamente treinado porque o vestido que levava – sem mangas! – era uma ofensa à Virgem Maria; como no quotidiano da vida dos presos políticos – Helena Pato será presa no ano de 1967.

Com uma prosa límpida, fluente e desprentensiosa, Helena Pato consegue introduzir ao longo da obra, como que aliviando-nos do peso da repressão que retrata, um sábio humor contando-nos situações que, sendo reais, não deixam de nos fazer rir – como os textos “Coimbra cheirava a flores como sempre na Primavera” e Encontros clandestinos num portão do Jardim

da Estrela”. Outros, pelo contrário, são textos pesados que nos magoam. Quem não se comoverá com a crueldade do tratamento que a PIDE impunha às mães presas com bebés como a Helena retrata em “A Maria e o Menino”? Ou quem poderá deixar de se comover com a descrição que a própria faz da tortura do sono a que foi sujeita, rematada, nesta obra, com o fabuloso texto chamado “Um Pai Natal”? Escrito com uma desarmante verdade, JÁ UMA ESTRELA SE LEVANTA é, para a geração da autora, uma viagem fresca que nos permite “reviver” um tempo em que fomos actores fortemente empenhados e para os mais novos um modo leve de os informar que a liberdade de que hoje desfrutámos se fez de inúmeros sacrifícios. Parte também significativa deste livro aborda a sua vida de professora e de sindicalista. Sempre com o registo de uma verdade clara, Helena Pato reconhece (com evidente ternura) a honradez de directores “situacionistas” que recusando o “veto” da PIDE/DGS à sua entrada nas escolas públicas, a admitiram como professora: em 1970 no Liceu Gil Vicente (o reitor em causa - merece a nossa memória - era o professor Brás Gomes) e depois na Nuno Gonçalves, onde o director – o professor Xavier Roberto - não só a admitiu como a ajudou a escapar à PIDE/DGS.

Helena Pato traça em poucas páginas a epopeia da assembleia que fundou, em 2 de Maio de 1974, o Sindicato dos Professores, então pensado como o Sindicato Nacional dos Professores mas que acabaria por se tornar no

SPGL - Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, de cuja CIP (Comissão Instaladora Provisória) fez parte.

Irene Pimentel, no já referido Prefácio, escreve o que me parece ser uma boa síntese desta obra: *Situando-se entre “a gigantesca memória da violência – da repressão, da guerra colonial, da*



Edição: editorial Tágide

brutalidade física e psicológica das prisões, da amargura do exílio, da pobreza e do atraso” que grassavam no país – a autora não deixa, porém, de referir a “refrescante lembrança dos dias em que, apesar de tudo isso, fomos incomensuravelmente felizes”.

Nota: O SPGL patrocinou a edição desta obra que os sócios podem adquirir, nos serviços do SPGL, por 8 Euros.



Isilda Andrade
Direcção do SPGL

Os resultados eleitorais de 5 de Junho, Ideias e (ir)responsáveis

Quase como por contra-censo a direita ganhou em larga escala nas legislativas de 5 de Junho, depois de ter assinado o acordo do empréstimo da EU e do FMI que, como se sabe, trará recessão e mais desemprego e são receitas da direita neoliberal mundial. O país (ou uma parte dele) escolheu a direita, depois de rejeitar um governo que assumiu, no essencial, políticas de direita.

Salvo melhor reflexão, para esta situação concorreram algumas ideias feitas, umas antigas, outras mais recentes, porém todas elas erradas, do ponto de vista da história sociopolítica. Aliás a *deshistoricização* da realidade é uma das razões que também muito tem contribuído para o avanço da direita, que se reflectiu agora nos últimos resultados eleitorais em Portugal. Sem intenção de desenvolver agora este ponto neste pequeno artigo de opinião, focarei mais alguma atenção nos aspectos que a seguir se destacam, como ideias responsáveis e obviamen-

te com responsáveis, pela alavanca da direita em Portugal e dos resultados de 5 de Junho. Ei-las:

1ª - Não há diferença entre esquerda e direita

Ideia recorrente e errada. Já em 1789, a nobreza e o clero sentam-se à direita do rei na Assembleia Nacional Constituinte e defendem a sociedade estratificada do Antigo Regime, enquanto os membros do terceiro estado - a esquerda, se senta à esquerda do rei e defende a igualdade e a mudança social, opondo-se normalmente às decisões régias; a esquerda demarca-se bem da direita quando se foca na organização dos trabalhadores e no movimento operário francês, no contexto da I internacional. Quando ocorre a separação entre socialistas e comunistas, aproximando-se os primeiros mais dos sociais-democratas na defesa da 1ª grande guerra, enquanto os comunistas se opuseram a ela, a diferença, há ainda uma esquerda e há uma direita. Embora se tenham verificado nuances ao longo do

tempo e variações de país para país, há uma fronteira entre esquerda e direita com uma força e alcance universal. Para a esquerda, a justiça social precede a ordem, enquanto no pensamento de direita a ordem jurídica consagra a desigualdade que se transpõe para as relações económicas e sociais, própria duma “ordem natural” na sociedade. A direita preconiza o individualismo e está impregnada, ainda, da máxima “*laissez-faire, laissez-passer*”, como se existisse uma mão protectora invisível dos mercados, que a actuarem livremente produziram bons resultados. A direita portuguesa acredita igualmente que é esta a condição da criação da riqueza e do desenvolvimento social. Para a esquerda só o estado pode atenuar as desigualdades que os mercados geram, e, ao individualismo, contrapõe o todo que é o povo. Os conceitos demarcam-se e têm uma consistência concreta ligada aos modos de vida, de produção económica, social e política das nações. Como em Portugal. A diferença

entre esquerda e direita tem povoado o cenário da política, economia e sociedade desde o 25 de Abril. A criação do estado social é obra duma base ideológica da esquerda. As privatizações são resultado duma base ideológica de direita. Vemos que com Passos Coelho, essa base ideológica não só continua lá, como se expande.

A quem interessa esbater as fronteiras entre esquerda e direita? À direita, dos neoliberais aos neo-conservadores, porque esta diluição contribui para os seus próprios objectivos – a manutenção de um *statu quo* de desigualdade fundada na existência do privilégio. Não conheço um único intelectual de esquerda que faça essa apologia. Estas razões prendem-se, na minha opinião, com a segunda ideia criada no senso comum, apontada neste texto e que é a seguinte:

2ª - A política e os políticos não têm capacidade e não pretendem uma mudança qualitativa da sociedade

Este ceticismo empres-

tou-o a direita à sociedade civil. Um cepticismo que sustenta, a um tempo, o conservadorismo e a indiferença cívica, que na hora de votar se manifesta. Os níveis de abstenção das eleições de 5 de Junho falam-nos disso. A abstenção é um silêncio que fala. A direita foi céptica em relação à capacidade dos políticos e do estado operarem uma mudança qualitativa da sociedade. A esquerda foi e deve continuar a ser optimista em relação a essa mudança, até porque se fundou em grande parte nas utopias do séc. XIX. Este cepticismo tem produzido outros preconceitos como o da *mesmidade* de toda a classe política, incapaz de resolver os problemas do povo, tomando o todo pela parte e disparando-se em todas as direcções, veja-se o efeito das acusações de corrupção que quando se aplicam a um político desgasta toda uma classe. Para o cepticismo de que se fala, consequência e causa da já referida sobreposição da esquerda e da direita, contribuiu também um outro aspecto – a aproximação do denominado centro esquerda (em Portugal auto-denomina-se esquerda democrática) à direita. Foi com este crescente centro esquerda, representado pelo Partido Socialista de Soares a Sócrates, que se deu uma aproximação às medidas defendidas pela direita demoliberal - da legislação laboral ao empobrecimento do sector empresarial do estado, do enfraquecimento do ser-

viço nacional de saúde, da Escola Pública, nos grandes cortes nos benefícios sociais...por isso é aqui compreensível alguma da confusão instalada acerca dos políticos e das políticas e programas que representam. Também por isso, Sócrates esvaziou o discurso ao tentar, tarde e irremediavelmente, mostrar as diferenças entre o programa do PSD e o do PS. Outra ideia precipitada que também ajudou a dar a vitória à direita é a seguinte:

3ª - A acção espontânea dos cidadãos na acção cívica e de contestação da injustiça social é preferível à organização da acção dos partidos da esquerda e dos sindicatos

Outra ideia errada, embora não tão nova quanto pareça. Se a luta espontânea dos povos configura o palpitar das sociedades e dos seus problemas, a sua falta de organização, por vezes o aventureirismo aproxima-se de um esquerdismo, uma espécie de *doença infantil da esquerda*, esta sim mais forte, porque organizada e de luta sistemática. Partidos de esquerda fortes e sindicatos fortes têm outra possibilidade de transformação social e civilizacional, que não têm as populações que actuam de forma desgarrada, a não ser que estivéssemos num quadro de total anomia e caos que pudesse operar uma catarse social, o que, mesmo nesta perspectiva, o descontrolo potenciaria a confusão nas finalidades e objectivos. Estes

movimentos cívicos, quando na sua actuação confundem adversários e responsáveis pelas crises e injustiças, produzem o efeito *boomerang*, ferindo a própria esquerda e deixando à direita margem para esta se afirmar. Esta ideia ajudou a produzir os resultados de 5 de Junho. Finalmente, outro slogan que esteve na base da escolha política dos portugueses em 5 de Junho foi este:

4º - Portugal encontra-se inserido no projecto europeu, não sobrevive sem ele, logo a “dívida portuguesa” obriga a aceitar as condições do empréstimo, por piores que sejam

Outra ideia que reflecte alguns enganos e tem sido veiculada pela direita e pelo centro esquerda, no que este de mais neoliberal tem, aliás previamente ao acordo da troika e que tem vindo a arrecadar ganhos para os intervenientes na recepção ao FMI e à assinatura do acordo, pretensamente um acto político mais responsável do que o das forças que com ele não compactuaram. A ideia é enganosa, primeiro, porque a dívida não é portuguesa mas europeia, se nos colocarmos numa óptica de projecto europeu e tendo em conta que parte da dívida resulta dos jogos entre as agências de rating e os especuladores. Segundo, a existir projecto europeu, há que abandonar uma lógica relacional típica de apartheid entre o Norte e o Sul, que é o discurso da Alemanha

para com países como Portugal e os chamados países periféricos. Não pode ser inevitável uma Europa assim, como o prova o início do projecto europeu que levantou países de situações de penúria, de que é grande exemplo a Alemanha. Hoje é preciso refundar a Europa e só a esquerda o poderá fazer, com a coragem que a caracteriza de afrontar os interesses dos mais fortes sobre os outros. É à esquerda que cabe ensinar a Europa, aquilo que ela necessita aprender – primeiro que tudo, a coesão dos estados e a revisão do modelo económico. Em Portugal, para derrubar o pressuposto, é necessário dar às gerações literacia política e formar para a democracia, apesar das dificuldades disto se fazer numa escola cada vez menos democrática. Se o voto, ainda é a arma do povo, ainda que Portugal possa ter dado um tiro no pé no dia 5 de Junho de 2011, a resistência ainda é a arma. E da esquerda; uma esquerda organizada, que se pense a si mesma, responsável, que precisa de recuperar o seu cariz revolucionário, ou arrisca-se a cumprir em excesso, um papel de ordem social previsível, prestando assim um grande favor às medidas de direita e a quem a apoia. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa

•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direccao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios

•TEL: 21 381 9192
•apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso

•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos

•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)

•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa

•Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel: 219212573 Fax: 219212559
•Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste

•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras

Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt
•Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt



Jornadas Pedagógicas da Direcção Regional de Lisboa

É nossa preocupação, em primeiro lugar, que as Jornadas Pedagógicas da Direcção Regional de Lisboa vão ao encontro das necessidades e sugestões dos nossos sócios e de outros professores, sejam de grande qualidade, quer quanto ao conteúdo, quer no que se refere aos formadores que se disponibilizam na colaboração com o SPGL, e também proporcionem momentos de satisfação a todos os que nelas participam.

Com todas as novas exigências burocráticas que o ME impôs aos professores, particularmente a partir do Ministério de Maria de Lurdes Rodrigues, limitadoras entre outras, do tempo de reflexão e de participação destes em diversas Acções, impõe-se pois que a luta pelo direito a esse mesmo tempo continue, e uma vez que o objectivo principal destas Jornadas é, em primeiro lugar, o enriquecimento pessoal e profissional dos professores, e também proporcionar momentos de partilha, de espírito colectivo e de convívio, e de dinâmica da Direcção Regional de Lisboa do SPGL, esta participação poderá ser também uma forma de luta e de nos tornarmos mais activos e fortes.

No balanço final das Jornadas Pedagógicas da Direcção Regional de Lisboa, este ano foram realizadas 6 Acções e 6 Visitas, as quais tiveram uma boa adesão, com a maioria das Acções esgotadas. As mesmas foram programadas tendo em conta algumas das sugestões que os



participantes nas Jornadas do ano anterior fizeram.

De todas as Acções programadas, uma foi adiada para Setembro (por razões inerentes ao excesso de trabalho do formador, também professor) e as restantes todas realizadas, tendo havido necessidade de uma segunda edição da Jornada orientada pela Dra. Luísa Homem, destinada ao Pré-Escolar, dadas as inúmeras inscrições não contempladas na primeira acção agendada, por ultrapassarem em grande número o limite estabelecido. A avaliação destas Acções/Visitas foi bastante positiva, partindo da análise detalhada das fichas de avaliação que os participantes entregaram no final de cada Acção, com maior ênfase no interesse da Acção, Organização e Formação Adquirida.

De referir que estas Jornadas Pedagógicas dependem, em simultâneo, quer de todo o apoio logístico do sindicato, quer dos sócios e outros professores que a elas aderem e participam justificando, assim, a importância da sua realização. As Jornadas culminaram com um espectáculo que se realizou no Auditório da Escola Secundária Camões, apresentado pelo Grupo de Danças e Cantares do Clube TAP, que desde a primeira hora esteve disponível.

Contamos com todos os que queiram participar nestes nossos encontros.

Solicitado que foi aos participantes que quisessem escrever sobre alguma jornada, aqui fica uma nota do nosso colega e dirigente, Jorge Almeida, que respondeu ao nosso desafio.

["Depois de um dia de trabalho sabe bem, sexta-feira, um intervalo com um tipo de cultura que infelizmente não há na maioria das escolas, O Grupo de Folclore do Clube TAP Portugal apresentou-nos na primeira parte canções populares de várias regiões do país a que não faltaram os respectivos trajes nem sequer o sotaque de cada uma delas. Depois o fado, algumas excelentes interpretações. Finalmente as danças folclóricas com um retrato do país nas suas festas tradicionais. E ficamos a pensar nas muitas horas de trabalho amador mas com grande espírito profissional de todos os executantes para que se possam apresentar com esta qualidade. Mereciam mais público"]

Para mais tarde recordar, mais algumas fotos de alguns momentos das Acções/Visitas realizadas.



**31/08
e 01/09**

Festa das Flores Campo Maior

Preço por pessoa:

- quarto duplo - 80 euros
- quarto individual - 105 euros

INCLUI: Viagem em autocarro de turismo, seguro de viagem, alojamento e pequeno-almoço no hotel

DIA 31/8 – LISBOA/CAMPO MAIOR/BADAJOZ

8h – Partida de Sete Rios, frente ao portão principal do Jardim Zoológico, com destino à Festa das Flores em Campo Maior onde poderemos apreciar as suas 110 ruas “**enramadas**” com flores de papel, que reproduzem fielmente, mastros, cascatas, lagos e cenas da vida rural e quotidiana. Ali podemos também admirar as encantadoras e suaves melodias as célebres “**saías**” inspiradas em quadras soltas, com ritmos alegres de pandeiretas e castanholas, cantadas e bailadas nas ruas de Campo Maior. Observação nocturna das ruas. **Visita ao Lagar-Museu do Palácio Visconde D’ Olivã.** **Alojamento no Hotel RIO *** em Badajoz**

DIA 1/9 – BADAJOZ/CAMPO MAIOR/LISBOA

Pequeno-almoço no hotel e tempo livre para **visita a Badajoz**. Saída de Badajoz para Campo Maior. **Visita ao Museu do Café.** Chegada a Lisboa cerca das 20 h.



**12 a 16
de
Setembro**

Alto Minho e Galiza XVI Bienal de Cerveira

Preço por pessoa

- quarto duplo - 250 euros
- quarto individual - 300 euros

INCLUI: Viagem em autocarro de turismo, seguro de viagem, alojamento, peq. almoço e jantar no Hotel Valença do Minho. Passeio de barco em O Grove, visitas guiadas e entradas nos locais indicados no programa.

DIA 12 – LISBOA - V. DO CASTELO - VALENÇA

8h – Partida de Sete Rios, frente ao portão principal do Jardim Zoológico com destino a V. do Castelo Almoço. Visita ao Centro Histórico e subida ao Monte de

Santa Luzia.

DIA 13 – V. NOVA DE CERVEIRA – XVI BIENAL DE CERVEIRA

Visita guiada à **Exposição e ao Centro Histórico da “Vila das Artes”, ao Convento de S. Paio e ao Aquamuseu do rio Minho.**

DIA 14 – VALENÇA - PONTEVEDRA - COMBARRO - SANXENXO - O GROVE

Visitas guiadas ao **Centro Histórico de Pontevedra, ao “casco vello más diminuto de Galicia” em Combarro, à praia de Sanxenxo,** e observar as mais de 50 obras de arte expostas nas ruas e praças da Vila de O Grove.

Passeio de barco para conhecer a riqueza biológica dos mares da Galicia observando o seu fundo marinho e os viveiros de marisco ali existentes.

DIA 15 – VALENÇA – MONÇÃO

Visitas guiadas a Valença, Monção e ao Palácio da Brejoeira.

DIA 16 – VALENÇA – PONTE DE LIMA – BARCELOS - LISBOA

Visita guiada ao Festival Internacional de Jardins em Ponte de Lima. **Chegada a Lisboa cerca das 20h.**

**INSCRIÇÕES ATÉ
20 DE JULHO**

DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS - FICHA DE INSCRIÇÃO

Campo Maior

Alto Minho e Galiza

Nome _____

Idade _____ Nº de Sócio _____ Morada _____

Localidade _____ C. Postal _____ - _____ TM _____ E-mail _____

Acompanhantes (nome e idade) _____

Pagamento: Cheques n.º _____ do Banco _____ no valor de _____ euros

NOTA: A ficha de inscrição deverá ser entregue, acompanhada do respectivo pagamento, **até ao dia 20 de Julho**, na **sede do SPGL** (Rua Fialho de Almeida nº 3, 1070-128 Lisboa ou nas delegações regionais ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL. **Tel. Contacto: 213819147 e 960202007**

Legislação

• **Portaria 151/2011, 8/4**

Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedidos ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e estabelecimentos do ensino particular e cooperativo.

• **Resolução A.R. 93/2011, 27/4**

Sobre a aplicação da apreciação intercalar da avaliação de desempenho do pessoal docente e consequente alteração dos mecanismos de avaliação.

• **Resolução A.R. 94/2011, 27/4**

Princípios a que deve obedecer o novo quadro legal da avaliação e da classificação do desempenho das escolas e dos docentes.

• **Resolução A.R. 95/2011, 28/4**

Elaboração de uma auditoria que permita aferir o custo médio por aluno, no presente ano lectivo, nas escolas públicas.

• **Portaria 182/2011, 5/5**

Estabelece os termos da instrução e tramitação dos pedidos de colocação em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, e de concessão de licenças extraordinárias.

• **Despacho 6916/2011, 4/5**

Determina o número de créditos de tempos lectivos a atribuir para o programa do desporto escolar e define a regulamentação dos grupos-equipa com actividade externa.

• **Despacho 7158/2011, 11/5**

Determina o calendário das escolas de referência de ensino bilingue para alunos surdos a partir do ano lectivo de 2011/2012 e a carga horária a atribuir à disciplina de português língua segunda (PL2) para alunos surdos.

Departamento de Cultura

Qualquer sugestão deve ser enviada para carloscastilho@spgl.pt



Reflexão e balanço

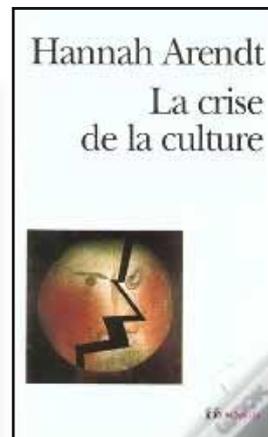
Em forma de balanço, em final de ano lectivo, propomos uma reflexão sobre a cultura, revelando aos nossos amigos leitores os fundamentos teóricos que têm orientado o departamento.

Hannah Arendt



Data de 1963 o ensaio que Hannah Arendt escreveu sobre a crise da cultura. Várias citações do ensaio poderiam ser aqui transcritas: a reflexão sobre a cultura de massas, a análise da cultura enquanto instrumento a favor de um 'posição social', o (seu) pensamento sobre as relações entre a arte e a cultura, etc. Fixemos, a seguir à sua ideia que refere o fenómeno da arte como ponto de partida de qualquer discussão sobre a cultura, aquela que diz respeito ao **entendimento do movimento da arte moderna**. Diz Hannah Arendt que o «movimento da arte moderna começou por

uma rebelião veemente do artista contra a sociedade enquanto tal (...)».



Num sindicato, o departamento de cultura não pode alhear-se desta reflexão. Podem as palavras ser outras, como, por vezes, acontece em palestras ou colóquios em que participamos. Na arte, encontramos o artista, claro, e a sua relação com a sociedade. Um departamento da cultura dá isso a ver e propõe a discussão necessária. Será esse também um modo de produzir cultura.

A actividade do Departamento

As actividades do departamento, referindo-nos apenas à questão que temos vindo a analisar, não podem competir com as galerias de arte, com certas fundações, etc. Não se pretende uma coisa dessas, como não se pretende que o departamento funcione como 'galeriazinha', onde, por isso mesmo, se apresentaria uma espécie de 'arte menor'... As actividades do departamento continuarão a ser orientadas predominantemente para:

- a arte produzida pelos sócios
- a arte mais nova, individual ou reunida em 'movimentos' nossos contemporâneos
- a arte em qualquer que seja a sua forma ou formato, tendo em conta o espaço físico alocado ao departamento para as suas actividades.

De qualquer modo, agora e como sempre, o departamento está aberto à discussão de TODAS as propostas que lhe forem apresentadas. O departamento deseja a todos os professores óptimas férias!

Avaliação de Desempenho do pessoal docente contratado / formação contínua

O sistema de avaliação de desempenho previsto no ECD, (artigo 40º e seguintes), encontra-se regulamentado pelo Decreto-Regulamentar nº 2/210, de 23 de Junho e abrange os docentes integrados na carreira, os docentes em período probatório e os docentes em regime de contrato.

Nesta rubrica do “Consultório Jurídico”, vamos abordar os aspectos mais significativos da avaliação deste último grupo de docentes, com incidência na vertente da formação contínua.

As especialidades do regime jurídico da avaliação de desempenho dos referidos professores encontram-se plasmadas no artigo 26º do citado Decreto-Regulamentar e caracterizam-se pelo seguinte:

a) - Realiza-se no final do período de vigência do respectivo contrato e antes da sua eventual renovação. Contudo, tal avaliação só tem lugar se o docente tiver prestado serviço docente efectivo, em qualquer das modalidades de contrato, durante, pelo menos, **seis meses consecutivos no mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada**.

b) - Os docentes que tenham prestado **entre 30 dias e seis meses consecutivos** no mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada também podem ser avaliados mas, tal faculdade **fica dependente de requerimento** apresentado, para o efeito, pelos mesmos. Em qualquer dos casos, tanto a auto-avaliação, como a avaliação só podem ter lugar “pelo menos, cinco dias do termo do respectivo contrato”.

Em todo o resto aplica-se, a estes docentes, por via do disposto no artigo 32º do mesmo Decreto-Regulamentar, o regime de avaliação de desempenho dos que se encontram integrados na carreira, designadamente no que respeita à formação contínua.

De facto, tal como resulta do disposto nos artigos 4º, nº 2 b), 6º e 10º nº2 e), do ECD, a formação contínua constitui simultaneamente um direito e um dever do pessoal docente sendo considerada, não só para a progressão na carreira como para efeitos de avaliação de desempenho.

Assim, no âmbito da auto-avaliação, os docentes contratados devem abordar a formação realizada e respectivos benefícios para a prática lectiva e não lectiva. Todas as acções de formação contínua acreditadas pelos mesmos realizadas são consideradas pelo relator, independentemente do ano da sua realização, desde que não tenham sido consideradas em anteriores avaliações de desempenho. (cfr. Artigos 17º e 18º do Dec. Reg. Nº 2/2010).

Com vista à frequência das acções de formação obrigatórias, os docentes (neste caso, sem excepção), deverão proceder à respectiva **inscrição** nos centros de Formação que disponham de oferta formativa pública, (designadamente os Centros de Formação de Associações de Escolas), de forma a afastarem qualquer prejuízo na respectiva avaliação de desempenho (ou na progressão da carreira, no caso dos docentes nesta integrados).

Assim, caso se vejam impossibilitados de frequentar a formação obrigatória, ou porque não têm disponibilizada oferta formativa pública ou porque o docente, embora estando inscrito naquela, não teve à mesma acesso, por limitação de vagas, devem os docentes solicitar que o Centro de Formação competente emita uma **declaração comprovativa** de tais circunstâncias. Finalmente, é fundamental ter presente que, de acordo com o Regime Jurídico da Formação Contínua dos professores (aprovado pelo D.L. nº 249/92, de 9 de Novembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 60/93, de 20 de Agosto, pelo D.L. nº 274/94, de 28 de Outubro, pelo D. L. nº 207/96 de 2 de Novembro, pelo D.L. nº 155/99, de 10 de Maio e pelo D.L. nº 15/07, de 19 de Janeiro), constitui um direito dos formandos frequentar **gratuitamente** as acções de formação obrigatórias, apenas lhes podendo ser exigido custear as que não o são (cfr. artigos 33º e 34º, respectivamente).

Tendo em conta que o SPGL tem vindo a acompanhar sindicalmente esta matéria da formação contínua, designadamente no plano da avaliação de desempenho, deverão os respectivos associados, em caso de dúvida sobre a mesma, dirigir-se aos respectivos serviços de apoio a sócios. ■

SPGL . Rua Fialho de Almeida, nº 3
1070 - 128 LISBOA

**PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS**

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 02/02/2011 (CIRC.
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 877766



**Um contributo
para a história do SPGL**

**À venda no SPGL
(Sede e Delegações)**